

Universidade Federal da Fronteira Sul  
Campus Erechim  
Curso de Licenciatura em História

**ELLEN DA SILVA DO NASCIMENTO**

**NÃO SE NASCE MULHER NEGRA, TORNA-SE:  
RESISTINDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO**

**ERECHIM  
2019  
ELLEN DA SILVA DO NASCIMENTO**

**NÃO SE NASCE MULHER NEGRA, TORNA-SE:  
RESISTINDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como  
requisito para obtenção grau de Licenciatura em  
História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza

Erechim  
2019

Nascimento, Ellen da Silva do

Não se nasce mulher negra, torna-se: resistindo a perspectiva de gênero/ Ellen da Silva do Nascimento. --2019.

71 f.

Orientador: Doutor Fábio Francisco Feltrin de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História – Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. Mulheres negras. 2. Interseccionalidade. 3. Decolonialidade. 4. Gênero.

5. Raça. I. Souza, Fábio Francisco Feltrin de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Fonte: Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ellen da Silva do Nascimento


**NÃO SE NASCE MULHER NEGRA, TORNA-SE: RESISTINDO A PERSPECTIVA DE  
GÊNERO**

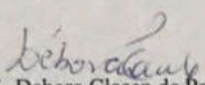
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador(a): Fabio Francisco Feltrin de Souza

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

Banca examinadora:

  
Prof. Fabio Francisco Feltrin de Souza  
(orientador)

  
Prof. Debora Clasen de Paula  
Membro

Prof. Claudia Mortari  
Membro

A minha mãe Marluce gratidão pelo apoio,  
incentivo e referência. A minha vó, por ter  
acreditado na educação.

## AGRADECIMENTOS

Esse momento nos faz passear em nossa memória. É como assistir um filme de sua vida e lembrar cada momento vivido até o atual presente. O que te levou até aqui, o que quase te matou, as dificuldades, os momentos tristes e felizes. As insónias causadas pela crise de ansiedade ou dos trabalhos deixados para última hora. As pessoas que fizeram parte de processos significativos ou que de certa forma influenciaram a sua trajetória. Quem te motivou, incentivou e acreditou, quando ninguém mais fez, nem mesmo você. E esse trabalho não teria sido possível sem apoio de algumas pessoas, que contribuíram para que o meu sonho de ser licenciada em história acontecesse.

E partindo disso, quero agradecer primeiramente a minha mãe, a minha primeira referência de feminista, de empoderamento, de luta e força. Sabemos o peso que o mundo deposita em uma mulher, ainda mais em mulheres que criam seus filhos/as sozinhas. “Nossas mãos ainda encaixam certo (...). Em tudo eu via a voz de minha mãe. Em tudo eu via nós” (EMICIDA, 2015)<sup>1</sup>. Eu só tenho uma eterna e imensa gratidão por ter feito tudo o que podia para me criar e me dado condições para ser a mulher que sou hoje. Só eu sei os momentos (que foram vários) que desejei que a sua presença estivesse por perto para me colocar no colo e cantar Caetano Veloso. Gratidão por me ajudar a dar os meus primeiros passos e ter entendido que foi necessário soltar a minha mão para que eu desse os meus primeiros passos na vida adulta. Eu te amo mãe, e como já disse Caetano Veloso (Vinicius de Moraes), por toda a minha vida eu vou te amar.

As/ao minhas/meu melhores amigas/o Jozzi Quezzia, Iago Gabriel e Donária Duarte, eu realmente não teria chegado aqui sem vocês. Ao longo desses 15 anos de amizade, eu só queria dizer que a vida é boa, mas é muito melhor com vocês. Gratidão por terem atendido muitas ligações minhas chorando por conta de uma crise de ansiedade e terem me acalmado. Por estarem presente, mesmo que fisicamente seja impossível, nos piores e melhores da minha vida. Por todo apoio, incentivo e credibilidade que me deram. Me recordo da aposta que vocês fizeram de quanto tempo eu duraria em Erechim, bem, estou voltando com um diploma. Queria declarar meu amor e gratidão pela existência de vocês. Obrigado Iago por ter me ensinado a

<sup>1</sup>MÃE. Intérprete: Emicida. *In*: OLIVEIRA, Leandro Roque de *et al.* **Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2015.

ter sensibilidade com o mundo, com as pessoas e não pelo material. Acredito que o mundo não te mereça por isso. Donária, por me ensinar a me permitir, uma lição que vou levar a diante. A Jozzi por me ensinar a cuidar, a me importar com o próximo, empatia no mundo de hoje é necessário. Minhas melhores amigas, meu melhor amigo, minhas irmãs e meu irmão, não existe palavras o suficiente para expressar a minha gratidão. Aqui existe amor!

Ao meu tutor do Programa de Educação Tutorial, Prof. Dr. Thiago Ingrassia, por acreditar em educação popular e fazer disso uma práxis do seu cotidiano. Gratidão por ter acreditado em mim, pelas trocas de experiências e aprendizados de forma horizontal. Pela cerveja, papos e os diálogos que surgiram ao longo desses 4 anos e meio de trabalho e amizade. Acredito professor, que o PET Práxis Conexões me proporcionou experiências fundamentais para que houvesse uma compreensão melhor da realidade. E dado isso, posso afirmar que não a mesma que fui um dia.

Ao meu orientador e Prof. Dr Fábio Feltrin, acredito que você foi uma das minhas maiores inspirações, meu referencial do que eu queria ser quando me tornasse professora. Posso afirmar com absoluta certeza, que esse trabalho não teria sido possível sem você. Me recordo de vários diálogos que tivemos ao longo da minha graduação, mas quero destacar alguns. O primeiro foi quando eu estava no terceiro semestre, tinha decidido que iria largar o curso e ir embora. Você conversou comigo e disse que só aceitava isso, se eu pedisse transferência para outra universidade. Nesse momento, percebi que talvez não encontrasse professores em outras instituições que se preocupasse com seus/suas alunos/as da mesma proporção que encontrei na UFFS. Outro momento foi o moletom do Legião Urbana, que ainda tenho guardado. E quando conversei contigo sobre a possibilidade de trabalhar com economia no TCC, você me olhou com uma cara “Essa garota é louca, isso não tem nada a ver com ela”. Fada sensata! Eu não poderia pedir outro/a professor/a para ser meu orientador/a.

A minha best que encontrei em Erechim Ana Flávia, a minha metade da laranja erechinense/barriga verde. More, eu teria enlouquecida vários momentos sem a senhora, teria mesmo. Quero que saiba que as minhas melhores lembranças em terras rio grandense tem você nelas. Te amo, Fava! As moradoras e morador Residência Betânia: Isabel, Rejane Rocheli e Samuca. A turma de história 2014, principalmente aos/as colegas Najaska, Gabriel (Cabelo), João Dalbosco, Joãozinho (o fofo), Antônio e Valdeci. Por muitas risadas e muitos trabalhos em grupo. Ao Paulo Alberto (você merece um doce), Amanda Mendes, Luis Guilherme, Caio, César

Ferreira, Natalia Pescarole e Nathália Ferreto. E a todos/ todas que fizeram parte desse ciclo tão importante da minha vida.



“(…) A minha história é outra, tô rebobinando a fita” (OLÉRIA, 2013)

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por temática “Não se nasce mulher negra, torna-se: resistindo a perspectiva de gênero”. Com o objetivo de problematizar a invisibilidade das mulheres negras, através da pergunta geradora “Onde estão as mulheres negras na (H) história, compreendendo que o atual status de invisibilidade desses sujeitos não é algo dado, mas faz parte dos resquícios que o processo de desumanização ocorrido no período de escravidão racial. E também é necessário entender que o movimento de subalternização das mulheres negras não envolve somente questões social, econômicas e políticas, mas da mesma forma acontece no âmbito acadêmico através do sexismo e racismo epistêmico, e a universalização da categoria mulher. A metodologia utilizada para responder a essa pesquisa, material bibliográfico, artigos científicos, teses, livros que dialogam com os conceitos de gênero, raça e classe. A invisibilidade da mulher negra como sujeito ativo da (H) história é decorrente de um processo de universalização da categoria mulher, através dos discursos de masculinização, apagamento do gênero, desumanização dos corpos negros e exclusão da vida política e social.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Decolonialidade. Mulheres negras.

## **ABSTRACT**

The present course conclusion paper has the theme “You are not born a black woman, you become: resisting the gender perspective”. In order to problematize the invisibility of black women, through the generating question “Where are black women in (H) history, understanding that the current status of invisibility of these subjects is not something given, but is part of the remnants that the process of dehumanization occurred in the period of racial slavery. And it is also necessary to understand that the movement of subordination of black women involves not only social, economic and political issues, but also happens in the academic sphere through sexism and epistemic racism, and the universalization of the woman category. The methodology used to answer this research, bibliographic material, scientific articles, theses, books that dialogued with the concepts of gender, race and class. The invisibility of black women as an active subject of (H) history is due to a process of universalization of the woman category, through the discourses of masculinization, gender erasure, dehumanization of black bodies and exclusion from political and social life.

Keywords: Intersectionality. Decoloniality. Black women.

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2. <i>Não sou eu uma mulher?: rompendo com universalização da categoria mulher</i></b> .....	<b>18</b>
<b>3- O RANGER DOS DENTES</b> .....	<b>35</b>
<b>4- ENEGRECENDO A HISTÓRIA DAS “MULHERES”</b> .....	<b>49</b>
<b>5- CONCLUSÃO</b> .....	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>69</b>

## 1-INTRODUÇÃO

A escravidão foi um sistema econômico que se baseia no sujeito que é escravizado e é considerado propriedade do outro. Seu proprietário tem total liberdade sobre o corpo escravizado, portanto assim como um animal, o escravo pode ser vendido, emprestado, alugado, hipotecado, confiscado. Como o indivíduo estava sujeito a escravidão, ele não tinha direitos políticos, sociais e econômico, não possuía a liberdade. A situação da mulher negra enquanto escrava, não era somente em serviços domiciliares, mas também na região de minas. Para a Lélia Gonzales, o sistema não suavizou para os trabalhos dessas mulheres, pois eram tratadas por seus proprietários brancos como homens, desprovidas de gênero. Logo, essas mulheres cumpriam os mesmos trabalhos, até mais pesados do que os homens. Pois na visão de seus proprietários as escravas eram muitos mais lucrativas do que os homens, visto que seu custo de manutenção era menor do que do homem.

A resistência da mulher negra sobre as opressões vividas em seu cotidiano, inicia-se ainda no período escravocrata, porém dada as circunstâncias, ela sempre estava lutando por algo. Antes era a luta por sua liberdade, posteriormente ser reconhecida como ser humana. Agora a luta é sobre reverter o processo de desumanização que é resquício da escravidão. Este trabalho tem como temática “Não se nasce mulher negra, torna-se: resistindo a perspectiva de gênero”, tendo como objetivo problematizar a invisibilidade da mulher negra como sujeito ativo dentro e na história. A metodologia utilizada para responder a essa pesquisa, material bibliográfico, artigos científicos, teses, livros que dialogam com os conceitos de gênero, raça e classe.

Diante do processo exclusivo dos sujeitos marginalizados nas universidades públicas brasileiras, acredito que cabe aqui relatar sobre as minhas experiências enquanto mulher negra, despida de qualquer tipo de privilégio que a raça, classe e gênero possam trazer. Entendo que este relato conduz uma melhor compreensão do motivo de escolha do tema e sua relevância no mundo acadêmico. Durante a minha vida antes de entrar em uma universidade pública federal nunca tinha compreendido o que era ser marginalizada, apenas entendia que certas coisas não eram para mim, e que era a lei natural do mundo. E que mundo era dividido em duas partes: ricos e pobres. E que riqueza tinha (tem) cor. Então, como negra e pobre, algumas coisas não eram destinadas a mim pela minha localização nas relações de poder.

Uma criança negra no Brasil, cresce sem referencial de negritude. Cresce sem bonecas negras, porque a boneca é branca, loira, do cabelo liso e olhos azuis. Cresce sem artistas negros/as ocupando papéis importantes nas novelas, programas, seriados e desenhos. O presidente é homem e branco, a rainha dos baixinhos é branca, a Barbie é branca, as princesas das Disney são brancas. E a criança não sabe que a maior parte da população brasileira é negra, mas tudo que ela vê é um mundo branco. O tal do lápis cor de pele é aquela rosa bem clarinho. Tudo que é ruim é preto e tudo que é bom é branco. Então é óbvio que uma criança negra quer ser branca. Ela quer ter um nariz fino, uma pele clara, cabelo liso. Já sabia desde criança qual era o meu lugar.

“Aprendi” sobre a escravidão e seu fim na escola, mas nunca me ensinaram que todo processo de exclusão social, política e econômica que meu gênero e raça sofre, eram oriundos do processo de escravização tão distante (próximo) da minha realidade. Que o processo de inferioridade que passei na escola, como ser chamada de fedida, macaco, cabelo ruim, e ser assediada aos 11 anos na rua por homens brancos adultos eram vestígio deixado pela desumanização dos corpos negros e a hipersexualização das mulheres negras no século XVI. Que para alguns/mas - em grande maioria - dos/as educadores eram brincadeira e não racismo. Já que na escola nós aprendemos a ignorar o racismo e o sexismo. Não temos uma educação e nem formamos professores antirracista e antissexista. Isso me intriga, isso me instiga.

Não me ensinaram na escola sobre Dandara, Luíza Mahin e Maria Felipa de Oliveira, mas ouvir falar sobre quilombo dos palmares, revolta do malês e independência da Bahia. Me recordo do tal “descobrimento” do Brasil por Pedro Álvares Cabral, do Tiradentes e do D. Pedro de Alcântara declarando a independência do Brasil às margens do riacho Ipiranga. Logo, nos primeiros anos escolares associamos a branquitude masculina como bravos descobridores e salvadores da pátria, e aos/às negros/as como um povo escravo passivo a escravidão. E tratamos o genocídio de povos indígenas e negros como algo natural, afinal, não seríamos uma nação sem que isso ocorresse. Porque no final disso tudo, somos um só, todos iguais. Viva a miscigenação brasileira.

As mídias cumprem um papel fundamental para exclusão de mulheres e homens negros/as, quando colocam negros/as para fazerem papel de empregadas domésticas, babás, porteiros, motoristas, funções que são considerados pela sociedade inferiores. E isso só reafirma, através da televisão, onde é o lugar do negro/a na sociedade brasileira. Obviamente que a ideia aqui não é reafirma essa

ideia que se tem sobre esses empregos, mas questionar esse imaginário que já está posto em nossa sociedade e quem são os sujeitos utilizados para passar a mensagem de subordinação do povo negro. O que não deixa de ser outro vestígio da escravidão, só se configurou a lógica de servidão, pois ainda temos mulheres negras trabalhando na casa da sinhá (patroa) e como babá, antes ama de leite.

Me recordo também das novelas sobre a escravidão transmitida pela rede RecordTV “Escrava Isaura” em 2004 e pela SBT “Chica da Silva” em 2005, ambas as novelas distorcem o período escravocrata e despertam um imaginário errôneo sobre mulheres negras. Mas as novelas, os jornais, seriados e filmes, só estão refletindo o racismo e sexismo da sociedade brasileira. É feito com tanta sutileza, que muitas vezes nem reparamos ou quando reparamos, achamos algo natural. É natural a forma com que o negro/a é retratado na televisão. E muitas vezes são utilizados o blackface, onde pessoas brancas pintadas de preto para dar vida a um personagem negro/a. Além de que existem pessoas negras que podem representar personagens negros/as na TV, cinema ou teatro. A intenção muitas vezes de fazer esse tipo de performance, é ridicularizar a população negra. Uma vez que, muitas vezes esses personagens são estereotipados como mal-educados, não sabem falar o português corretamente, o nariz gigante, sem dentes, entre outras coisas. Uma criança negra vendo aquilo que está sendo transmitido, pode crescer com a ideia de que ser negro/a não é legal, e provavelmente é isso mesmo, ser negro/a no Brasil não é legal.

A universidade muitas vezes é o reflexo da sociedade da qual está inserida, e isso não é diferente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e todo o seu discurso de uma universidade popular que foi criada pelos movimentos sociais. Ser criada pelos movimentos sociais não significa não ser excludente, o que não quer dizer que esses sujeitos marginalizados/as não estejam sendo incluídos no espaço acadêmico. Entretanto existe uma inserção desses sujeitos e ao mesmo tempo uma exclusão. Acredito que as universidades ainda não sabem lidar ou tratar indivíduos segregados/as. Não quero desmerecer toda luta ou que não é importante esses espaços serem ocupado por essa parcela da população, mas quero salientar que “permitir” que estes sujeitos ocupem esses espaços não é o suficiente. Não quando continuamos reproduzindo a lógica eurocêntrica.

Quando realizei meu sonho de entrar em uma universidade federal e cursar história, esse processo não foi fácil. Pois tive que (re) aprender a ler e escrever de acordo com a academia, e isso me causou muita frustração, ansiedade e autoestima baixa. Acredito que até hoje ainda me sinto dessa forma. E não ajudou ser a única

mulher negra na turma que iniciou com 50 alunos/as, mesmo com a política de cotas em vigor. Não ter identificação racial e gênero com meus/minhas colegas de turma deveria me fazer sentir isolada, não que o sentimento de isolamento não existisse. Mas reivindiquei meu direito dizer a minha palavra, mesmo que muitas vezes isso me levasse a ser piada em sala de aula.

Durante a graduação em história a maior parte da leitura base das disciplinas são escritas por homens brancos. Me recordo de ler Hannah Arendt em nas disciplinas de Teoria da História, e outras autoras na área da educação. As questões de gênero nunca foram abordadas nas minhas disciplinas obrigatórias, e quando a raça foi trazida ao debate sempre foi uma questão de homens negros. Cadê as mulheres negras na história? Isso sempre foi um questionamento que esteve presente por boa parte da graduação, mesmo nunca tendo questionado nenhum/a professor/a. Ao contrário da minha insistência em debater raça e educação popular dentro do grupo de estudos do Programa de Educação Tutorial Práxis Conexões de Saberes (PET), do qual fui bolsista desde o segundo semestre. Esse debate sempre foi negado ou deixando para o próximo semestre, chegando no outro semestre, sempre surgia outros temas que eram “mais” emergentes.

Em 2017 tivemos uma sugestão de uma das colegas para debater sobre feminismo e educação popular, dentro do grupo de debate utilizamos o livro “Estudos feministas, mulheres e educação popular” (2016), que é uma coletânea com vários referentes a mulheres brancas, negras e indígenas, camponesas e trabalhadoras. Fiquei responsável pelo capítulo que tratava sobre mulheres negras. De início fiquei bem empolgada, mas para alguém que nunca tinha tido nenhuma leitura sobre mulheres negras, aquelas poucas páginas não foram o suficiente, e isso me causou uma certa frustração. Contudo uma frustração que não me paralisou, mas me fez ir atrás de saber mais sobre a história das mulheres negras. E essa curiosidade me fez deparar com o texto “A mulher negra na sociedade brasileira” produzido por Lélia Gonzalez. Outra sugestão feita por outra colega de grupo para inserir no debate no grupo de estudos do Práxis, foi o livro da bell hooks “Ensinando como transgredir”, que é uma autora negra norte-americana que dialoga com Paulo Freire. Aos poucos os debates referentes a raça, gênero e classe começaram a serem inseridos na minha vida acadêmica.

As leituras que eram base do PET começaram a fazer um diálogo com os textos que estava lendo por conta própria. E Quando fiz a leitura do livro “Mulheres, raça e classe” da filósofa Angela Davis, passei por um choque de realidade. A escravidão



racial foi apresentada de forma completamente diferente daquilo que aprendi nas escolas ou própria graduação, mesmo que seja referente a escravidão nos Estados Unidos. A partir desse momento comecei a questionar a invisibilidade da mulher negra, a categoria mulher através do discurso de Sojourner Truth e da afirmação de Simone de Beauvoir, que nos faz refletir sobre a situação de exclusão da mulher dentro dos movimentos feministas, movimentos negros e da história, e da sua própria forma de criação epistemologia. Onde estão essas mulheres?

## 2. *Não sou eu uma mulher?: rompendo com universalização da categoria mulher*

### **Muitas fugiam ao me ver...**

Muitas fugiam ao me ver  
Pensando que eu não percebia  
Outras pediam pra ler  
Os versos que eu escrevia

Era papel que eu catava  
Para custear o meu viver  
E no lixo eu encontrava livros pra ler  
Quantas coisas eu quiz fazer  
Fui tolhida pelo preconceito  
Se eu extinguir quero renascer  
Num país que predomina o preto

Adeus! Adeus, eu vou morrer!  
E deixo esses versos ao meu país  
Se é que temos o direito de renascer  
Quero um lugar, onde o preto é feliz.  
(JESUS, 1996)

Historicamente, a luta da mulher negra não se limita a perspectiva de raça, mas também pelas questões que envolvem a categoria “mulher”. A escravidão contribui fundamentalmente para que esse sujeito seja retirado dos debates sobre “o que é ser uma mulher?”, com a identificação da feminilidade e a romantização da maternidade do século XIX, nas lutas das mulheres para serem reconhecida como sujeitos políticos e a libertação sexual. Por isso a existência de grupos políticos, os feminismos negros, é essencial para questionar e resistir a essas categorias – mulher e gênero – que não suprem e nem reconhecem as demandas de mulheres que vivem às margens da sociedade.

A romantização da maternidade do século XIX não se estendia às mulheres negras livres e nem as escravizadas, elas eram vista como meras “reprodutoras”, instrumentalizadas para reposição e ampliação da população escrava, “animais cujo o valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar” (DAVIS, 2016, p. 19). Segundo Davis, as mulheres negras norte-americanas eram classificadas como reprodutoras, não como mães, seus proprietários não as deixam se ausentar do trabalho da lavoura, tanto na gestação quanto as “mães” com crianças no colo, e também estavam sujeitas aos castigos destinados aos e às escravas que não cumpriam sua conta diária. Ilusão acreditar e sustentar que o sistema escravocrata se encerra com a abolição do tráfico

internacional de mão de obra escrava. Os homens brancos sempre encontraram alternativas para explorar os corpos negros e encontraram na reprodução natural uma forma mais segura de manter e ampliar a população escrava.

O homem branco escravista idealizou na mulher negra africana um indivíduo perfeito para escravizar, devido a sua formação social baseada na obediência ao sistema de hierarquização do qual algumas sociedades tradicionais eram estabelecidas. Devido ao fator que a maioria do trabalho exercido nas colônias americanas se dava na área da agricultura, os escravistas imaginaram que as mulheres africanas que já desempenhavam o trabalho no campo e nas questões domésticas, seriam ideias para realizar o trabalho nas colônias americanas. No primeiro momento, os navios de tráfico internacional levavam escravos para o novo mundo com poucas mulheres africanas, posteriormente a intensificação do mercado de escravos impulsionou a transição de mulheres africanos, tendo como população escrava um terço da carga a bordo no navio. As mulheres africanas se tornaram alvos frequentes devido a força bruta que seus raptos utilizavam em sua captura. Os escravistas utilizaram mulheres importantes de determinadas sociedades africanas para usar como armadilha para que os homens africanos fossem capturados no processo de resgate dessas figuras importantes. E outras mulheres africanas foram vendidas como forma de punição por quebrar algumas leis da comunidade, como por exemplo mulheres que foram indiciadas por adultério.

A filósofa negra bell hooks<sup>2</sup> afirma que dentro do navio as mulheres africanas não eram vistas como perigo para os escravistas ao contrário dos homens africanos que eram acorrentados para evitar possíveis revoltas. Com isso, podemos perceber que somente a relação da mulher africana com o homem branco escravista se exercia o ato livremente de dominação absoluto, portanto, podia-se escolher a forma de tortura, abuso físico e psicológico, brutalizar e explorá-las sem medo de uma retaliação. Homens e mulheres eram severamente punidos por resistirem a tortura ou chorar pela dor que estavam passando nos horrores dos navios. As mulheres eram despidas na hora do castigo, e eram chicoteadas em todas as partes de seu corpo sucessivamente, eles eram marcados, assim como se faz com o gado. Logo podemos perceber que a nudez e a violação do corpo da mulher africana era um indicador de sua vulnerabilidade sexual, o corpo dela não pertencia mais a ela, e sim aos seus

<sup>2</sup>A filósofa negra bell hook utiliza seu nome em grafo minúsculo, pois a autora acredita que o que mais vale são seus livros e não quem ela é.

“donos”. Como salienta hooks:

Muitas mulheres africanas estavam grávidas antes da sua captura ou compra. Foram forçadas a suportar a gravidez sem nenhum cuidado na sua dieta, sem qualquer exercício e sem qualquer assistência durante o parto. Nas suas comunidades as mulheres africanas estavam habituadas a muito afago e cuidado durante a gravidez, por isso a natureza bárbara do parto no navio de escravos foi simultaneamente fisicamente prejudicial e psicologicamente desmoralizante. Os anais da história registaram que o navio americano negreiro Pongas transportou duzentas e cinquenta mulheres, muitas delas grávidas, que foram espremidas num compartimento de dezasseis por dezoito “pés” (um pé é igual a 30,48 cm). As mulheres no estágio inicial da gravidez deram à luz a bordo do navio com os seus corpos expostos também ao sol ardente ou ao frio gelado. O número de mulheres negras que morreu durante o parto ou o número de nados mortos nunca será conhecido. As mulheres negras com crianças a bordo nos navios negreiros foram ridicularizadas, vaiadas e ameaçadas depreciativamente pela tripulação escravagista. Frequentemente os escravagistas brutalizavam as crianças fazendo-as ver a agonia das suas mães. Na sua conta pessoal de vida a bordo do navio negreiro, os Weldons relatam um incidente no qual uma criança de nove meses foi chicoteada repetidamente por recusar-se a comer. Quando a tarefa falhou em forçar a criança a comer, o capitão ordenou que essa criança fosse colocada de pé dentro de um pote de água fervente. Depois de experimentar outros métodos de tortura sem sucesso, o capitão derrubou a criança causando a sua morte. Não satisfeito com este ato sádico, ele comandou então que a mãe atirasse o corpo da criança borda fora. A mãe recusou mas foi batida até que se submeteu. (hooks, 2014, p. 16)

Com isso podemos perceber que o processo de desumanização do corpo que foi escravizado começava ainda no tráfico “negreiro” e não em terras americanas. Este procedimento foi feito para que as personalidades dos sujeitos africanos chegassem ao seu destino final e fossem vendidos para seus senhores como animais dóceis (domesticados). “O orgulhoso, arrogante e independente espírito do povo africano tinha de ser quebrado para que se conformassem à noção apropriada de comportamento escravo do colonizador branco. A destruição da dignidade humana foi crucial para a preparação do povo africano para o mercado de escravos, a remoção de nomes e status, a dispersão de grupos para que não existisse linguagem comum e a remoção de qualquer sinal visível de património africano. Os métodos que os escravagistas usaram para desumanizar as mulheres e homens africanos foram várias torturas e castigos.” (hook, 2014, p. 16). Muitos escravos e escravas foram submetidos a todo tipo de terror para serem utilizados (as) como propaganda, caso houvesse algum tipo de resistência, tendo com finalidade a retirada de sua consciência livre e assumir a consciência de escravo que lhe foi imposta. Para a mulher africana, a quebra de sua consciência livre era mais intensificada, pois como muitas exerceriam o trabalho doméstico, era necessário que existisse métodos mais eficaz para evitar qualquer risco para as famílias brancas.

Segundo hooks as produções de conhecimento tradicionais acerca da escravidão enfatizam o sofrimento psicológico e físico das crueldades decorrentes daquele período sobre o homem negro, transformando-o em real vítima do sistema e negando totalmente as questões que envolvem a mulher negra. “Os historiadores sexistas e os sociólogos forneceram ao público americano uma perspectiva sobre a escravatura na qual o mais cruel e desumano impacto da escravatura nas vidas do povo negro foram os homens negros serem despojados de sua masculinidade, cujo argumento resultou na dissolução e total disrupção de qualquer estrutura familiar” (hooks, 2014, p.17). Criticando às produções acadêmicas norte-americanas tradicionalistas que afirmam que os homens negros foram desumanizados por não terem sido capazes de exercer o seu patriarcado sobre as mulheres negras. Sendo assim, estes homens que uma vez desempenhavam seu papel de liderança de acordo com a sua construção social africana, foram supostamente “castrados” pela escravidão. Logo, esses indivíduos perdem o “legado” que a masculinidade os garante e assumem o status de “afeminado”. Porém, a um contra argumento que dentro de toda história da escravidão os homens negros foram autorizados a cumprir o papel da masculinidade construída por si mesmo. Com isso, os homens negros não eram obrigados a assumir funções exclusivamente destinados a mulheres negras, pelo o contrário, existem evidências que africanos não executavam várias dessas tarefas porque as consideravam “feminina”. Para autora, a masculinidade poderia ser facilmente destruída se os escravistas de fato estivessem interessados em “castrá-los” psicologicamente, poderiam forçá-los a cumprir tarefas identificadas como “femininas”. Portanto, escravistas exploravam a masculinidade dos homens negros ao mesmo tempo em que institucionalizava. Hooks afirma que:

A opressão dos homens negros durante a escravatura foi descrita como a desmasculinização pela mesma razão que virtualmente nenhuma atenção acadêmica foi dada à opressão das mulheres negras durante a escravatura. Debaixo de ambas as tendências está a assunção sexista de que os homens são mais importantes do que essas mulheres e o que mais interessa entre as experiências dos homens é a sua capacidade em afirmarem-se a si próprios patriarcais. Os estudiosos foram relutantes em discutir a pressão das mulheres negras durante a escravatura por má vontade em examinar seriamente o impacto da opressão sexista e racista sobre o seu status social. Infelizmente esta falta de interesse e preocupação conduziu-os a uma deliberada minimização da experiência da mulher negra escrava. Apesar de sob nenhum modo diminuir o sofrimento e as opressões dos homens negros escravizados, é óbvio que as duas forças, o sexismo e o racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos e as opressões da mulher negra. A área que mais claramente revela a diferenciação entre o status dos escravos homens e as mulheres escravas é a área do trabalho. O homem negro foi inicialmente explorado como um trabalhador dos campos; a mulher

negra foi explorada como uma trabalhadora dos campos, uma trabalhadora das tarefas domésticas, uma criadora de animais e como um objeto dos assaltos sexuais dos homens brancos. (hooks, 2014, p.18)

Por um lado, temos a masculinidade do homem negro institucionalizada, que não o retira do processo desumanizador que foi feito sobre o seu corpo, mas por outro temos a mulher negra que foi obrigada a se despir de sua feminilidade ao assumir trabalhos que eram considerados “masculinos”. “As mulheres negras trabalhavam nos campos lado-a-lado com os homens, mas poucos ou nenhum homem negro trabalhou lado-a-lado com as mulheres negras na casa (com a possível exceção dos mordomos, cujo status foi mais alto do que a criada)” (hooks, 2014, p. 18). Assim devemos analisar a escravidão em uma perspectiva de opressão sexista e racista, dando um foco na masculinização dos corpos das mulheres negras e não na desmasculinização dos homens africanos, já que temos provas de que isso não ocorreu. As mulheres negras exerciam as mesmas funções que os homens negros, lavraram, plantaram e ceifaram colheitas, foi comprovado que em algumas situações, a mulher negra trabalha mais horas nos campos do que os homens negros.

Devido ao histórico de trabalho de algumas sociedades africanas, onde as africanas já cumpriam essas tarefas no campo, era mais fácil que mulheres negras se adaptaram ao trabalho no campo do que os homens. Ambos cumpriam a mesma função nos campos de colheita, há estudos que indicam que nos campos de colheita de algodão, as mulheres negras eram mais úteis, pois com a delicadeza de suas mãos era mais fácil para colher o algodão. Logo, os capatazes brancos exigiam que as mulheres negras trabalhassem em pé de igualdade com os homens negros ou melhor que eles. Caso não cumprissem a cota destinadas, elas eram castigadas. E ao analisarmos a punição dada aos homens e mulheres negras, podemos perceber que não existia distinção de gênero (somente no caso de estupro). Ambos eram punidos da mesma forma, era comum ter mulheres negras nua, amarrada em uma estaca, apanhando de um pau.

Nem todas as mulheres negras trabalhavam nas *plantations*, algumas eram destinadas a trabalhar como amas, cozinheiras, costureiras, lavadeiras e criadas, isso fez que com fosse menos comum que sofressem os mesmos castigos que aquelas que trabalhavam no campo. Mas isso não fez que as ausentassem do terror psicológico que sofriam, pois essas mulheres tinham um contato maior com os seus donos. Mesmo com a distinção de exploração racista entre a mulher do campo e a

doméstica, nenhuma delas escapava da violência sexual. “Enquanto o sexismo foi um sistema social que protegeu a sexualidade dos homens negros, ele (socialmente) legitimou a exploração sexual das mulheres negras. A escrava negra viveu em constante consciência da sua vulnerabilidade sexual e em perpétuo receio que algum homem, branco ou negro, tivesse o direito sobre ela de lhe assaltar e vitimizar” (hooks, 2104, p. 19). O abuso sexual contra a mulher negra se inicia entre os 13 e 16 anos de idade depois que elas saíam do barraco de seus pais e era destinadas ao serviço de doméstica. As crianças meninas escravas cresciam em dinâmica de exploração sexual e medo, algumas não viveram o ato de estupro, mas sofreram constantemente a ameaça de possível violação de seus corpos caso desobedecessem a seus senhores. Para a teórica:

Os donos de escravos brancos usualmente tentavam corromper as mulheres negras para a preparação de uma insinuação sexual colocando-as num papel de prostitutas. Enquanto o dono de escravos branco “pagasse” pelos serviços sexuais da sua escrava branca, ele sentia-se absolvido da responsabilidade desses atos. Dadas as severas condições da vida escrava, qualquer sugestão de que as mulheres negras escravizadas tinham escolha quanto ao parceiro sexual era ridícula. Dado que o homem branco poderia violar as mulheres negras que não respondiam com boa vontade às suas exigências, a submissão passiva por parte das mulheres negras escravizadas não pode ser vista como cumplicidade. As mulheres que não respondiam com boa vontade à insinuação dos donos e dos capatazes eram brutalizadas e castigadas. Qualquer demonstração de resistência por parte das mulheres escravizadas aumentava a determinação dos donos brancos em demonstrar avidamente o seu poder. (hooks, 2014, p.20)

Para hooks, os donos de escravos queriam que as mulheres negras aceitassem pacificamente a exploração sexual, como se fosse algo normal devido ao fato de que estes corpos eram considerados propriedade privada dos homens brancos. Algumas dessas mulheres se submetiam aos abusos sexuais, recebiam presentes e pagamentos como gratificação por manter a ordem social que vigorava naquela época. Mas existiam outras mulheres que as tentativas de exploração sexual, e isso era uma forma de resistir ao sistema que perpetuava. As mulheres que se recusaram a aceitar passivamente as tentativas de estupro, eram punidas severamente. Essa política de exploração sexual dos homens brancos a mulheres negras, tinha a intencionalidade de manter a ordem social, o privilégio e a supremacia branca.

A filósofa Angela Davis critica os trabalhos acadêmicos acerca desse assunto, para a autora não se deve tratar os padrões de abuso sexual institucionalizado na escravidão como algo irracional por parte do homem branco, “o estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo o objetivo oculto era aniquilar o desejo

das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (DAVIS, 2016, p. 36). E isso tem sido minimizado dentro das produções de conhecimento, além da tentativa de banalizar o estupro, uma atitude machista, sexista e racista por parte de alguns pesquisadores. Não devemos descartar a possibilidade de que existiu mulheres negras que aceitaram insinuações sexuais e as encorajaram, mas devemos compreender que miscigenação é diferente de exploração sexual. E muitas narrativas são (foram/podem ser) construídas por esses casos individuais que acabam dando coro de que a mulher negra era prostituta do seu escravizador brancos. Em outras palavras:

(...) se existiram, certamente foram as exceções em meio a maioria das mulheres negras. Elas não representam, em hipótese alguma, as experiências acumuladas por todas as mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para suas famílias, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, uma legado de tenacidade, resistência e insistência de igualdade sexual - em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher. (DAVIS,2016, p.41)

Evidenciar as atrocidades ocorridas na escravidão é necessário para a compreensão das consequências que este legado trouxe a mulher negra, negando sua existência (no próprio ato de existir) como sujeito social e político. Para hooks, a opressão é a ausência de possibilidades para a mulher, o feminismo tradicional (branco) apropria-se da concepção de subalternizado, desta forma essas mulheres brancas de classe média promovem seus interesses, universalizando suas demandas e a forma como se compreende o mundo. Quando esses sujeitos utilizam o discurso de “opressão em comum”, universalizam e essencializam a categoria mulher e excluem outras mulheres. Dessa forma promovem atos que vão contra outras realidades e pautas. Por exemplo, “A Marcha das Vadias” que é um movimento em prol da libertação sexual das mulheres, não tem problema algum fazer um ato contra um sistemas que reprime a sua sexualidade, mas temos que ter compreensão das realidades de outras mulheres, mulheres que não querem mais ser as “vadias”. De Mulheres que tentam reverter o processo de hipersexualização que vem sido imposto ao seu corpo desde a escravidão e se perpetua até hoje. Quem é a mulher vendida no carnaval? Que mulher é para casar?

Portanto, se analisarmos o imaginário que se criou sobre mulheres, que envolvem questões de feminilidade, fragilidade, físico, dentro desse discurso o corpo



“feminino” negro não está de acordo. Uma vez que essas mulheres foram constituídas pelo imaginário exótico e sexual, que prezava pela manutenção do sistema escravocrata e suas relações de poder. Então, as mulheres eram consideradas como corpos desprovidos de intelectualidade e se tornaram símbolos sexuais. Diante da hipersexualização desses corpos, a mulher negra também passou pela masculinização de si, pois ela é idealizada como uma mulher forte, igualmente ao homem negro.

hooks afirma, que a associação das mulheres à força está vinculada ao processo de desumanização de negros tanto no coletivo quanto no privado, iniciado no período de escravidão. De um lado temos o homem negro que foi impedido de exercer sua masculinidade, uma vez que ele foi introduzido no sistema patriarcal, isso gerou outro imaginário, o do homem negro castrado pelo sistema escravocrata, logo não existia a possibilidade dele desempenhar o papel de opressor de mulheres, conseqüentemente o homem negro foi feminilizado. E temos a mulher negra que foi forçada a desempenhar trabalhos que eram compreendidos como funções masculinas, sendo assim, ela passou pelo processo de masculinização de seu corpo, retirando a sua feminilidade.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessarem um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajudou a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem pra mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quando um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2017, p. 20)

O discurso da ativista negra Sojourner Thuth<sup>3</sup> perpassa as argumentações de que a mulher é um sexo frágil, pois ela não é reconhecida como mulher em primeiro lugar, então podemos perceber que primeiro a mulher negra tem que se reconhecer e ser reconhecida como mulher, para depois debatermos se ela é um sexo frágil ou não. Considerando que a concepção que temos sobre a categoria mulher e gênero não abraça a mulher negra, pelo ao contrário, essas categorias a coloca em uma posição de invisibilidade e desumanização. Logo, o problema não está na mulher negra e sim

<sup>3</sup> Isabella Baumfree nasceu em um cativo em Swartekill, em Nova York decidiu adotar o nome Sojourner Thuth. A partir de 1843 tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Ficou conhecida por seu discurso “E não sou eu uma mulher” em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos da América.

no que se entende por, ou no imaginário do que é ser uma mulher. Por isso historicamente as mulheres negras fazem o movimento de repensar essa categoria e apresentando novas possibilidades de ser mulher.

**On Woman's Dress<sup>4</sup>**

(...) Quando vi mulheres no palco  
na Convenção Pelo Sufrágio da Mulher,  
no outro dia,  
Eu pensei,  
Que tipo de reformistas são vocês?,  
com asas de ganso em vossas cabeças,  
como se estivessem indo voar,  
e vestidas de forma tão ridícula,  
falando de reforma e dos direitos das mulheres? É melhor vocês  
mesma reformarem a si mesma em primeiro lugar.  
Mas Sojourner é um velho corpo,  
e em breve vai sair deste mundo  
em outra,  
e vai dizer  
quando ela chegar lá,  
Senhor, eu fiz meu dever,  
e eu disse toda a verdade  
ela não guardou nada  
(TRUTH, p.243)

Truth evidencia em seu poema a invisibilidade da mulher negra, a negação das questões de classe e o racismo dentro do feminismo norte-americano. Ao zombar das vestimentas dessas mulheres, ela quer relatar que o feminismo está sendo estruturado por mulheres de classe média que não voltam seus olhares para as questões de classe, não levando em consideração as próprias mulheres brancas trabalhadoras que queriam melhores condições de trabalho. Outra questão que a ativista negra aponta ao pedir que essas mulheres reformem a si mesma, é pela reprodução do racismo e sexismo dentro do movimento feminista, pois esse movimento não reflete as outras possibilidades de ser mulher. Isso quer dizer que o feminismo precisava "(...) abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e

<sup>4</sup> Texto original: ALL POETRY. **On Woman's Dress**. Disponível em: <<https://goo.gl/TJyr2X>>. Acesso em: 06 set. 2018.

levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero (...)" (RIBEIRO, 2017, p. 21). Logo não fazia sentido essas mulheres se auto denominarem reformistas e lutarem contra um sistema opressor, oprimido outros sujeitos. A mulher negra viveu o dilema por causa da invisibilidade, por um lado as demandas acerca de sua negritude e por outros as de gênero, visto que nenhum desses movimentos compreendeu ou reconheceu a sua identidade, a identidade de mulher negra e o que está por trás disso.

A filósofa Simone de Beauvoir traz uma discussão fundamental para entendermos como se constrói as relações de poder entre o homem e a mulher, para a filósofa a mulher não é pensada a partir de si, mas a partir do homem, através do olhar do homem, em comparação ao homem. Logo, temos o diagnóstico de submissão e dominação da parte desses homens sobre o objeto (o corpo feminino). Sob essa perspectiva podemos compreender que a mulher estaria na posição do outro, o estrangeiro. Trabalhando nesta lógica, a mulher é vista como um objeto, um objeto que deve (tem) que cumprir determinadas funções. Obviamente esse pensamento retira a humanidade desse sujeito, porém estamos trabalhando na concepção que a autora traz sobre o olhar masculino sobre o corpo feminino, que a coloca neste lugar de negação de si, a partir de si. Pois o mundo de possibilidades não é apresentado para as mulheres.

Por outro lado, a escritora e professora negra Grada Kilomba afirma de a mulher negra é o outro do outro, pois esse sujeito está inserido em um contexto mais difícil de se ter empatia por parte de outros sujeitos. Visto que a mulher negra foi introduzida em vários discursos que corrompem a sua realidade, por exemplo nos debates sobre as questões de gênero o protagonismo é da mulher branca, já quando tratamos sobre o racismo o sujeito que tem voz é o homem negro, e nos debates sobre classe, a raça não está inserida. Portanto, "as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da "raça" e do gênero, o chamado "terceiro espaço". Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição sustentando pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres" (KILOMBA, 2012, p.56). Com isso podemos perceber que não podemos trabalhar na lógica de separação dessas opressões, porque quando rejeitamos a interseccionalidade<sup>5</sup> dessas opressões, estamos visibilizando a mulher negra dos

<sup>5</sup> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros

debates tanto político quanto acadêmico.

Tanto Kilomba quanto a filósofa negra Djamilia Ribeiro trabalham na perspectiva de enfrentamento a essa invisibilidade de categoria de análise sobre a mulher negra, uma vez que a mulher negra é outro, devido ao fato de não ser branca e nem ser homem, por ocupar o lugar de subalternidade dentro das relações de poderes dentro da supremacia branca, “a antítese de branquitude e masculinidade” (RIBEIRO, 2017, p. 39). Para essas duas autoras, não se deve negar a opressão que mulheres brancas sofrem dentro das relações de poder por serem mulheres, mas são brancas, logo elas têm visibilidade por mais oscilante que seja. Da mesma forma ocorre com os homens negros, são oprimidos por serem negros, mas são homens. Nessa análise, podemos perceber tanto a mulher branca quanto homem negro, possuem certo privilégio, uma por ser branca e o outro por ser homem, ambos podem se colocar como sujeitos dentro dos espaços de discussões e análise, ao contrário da mulher negra que não é branca e nem homem.

É muito importante salientar que ao expor esses supostos privilégios da mulher branca e o do homem negro, não é negar que esses sujeitos não sofrem opressão da nossa sociedade patriarcal heterossexual branca, mas dizer que existem diferenças e as diferenças devem ser evidenciada para compreendermos melhor os motivos que fazem mulheres negras se organizarem em prol de suas vidas. Porque se não evidenciarmos e denominamos essas realidades não se pensará políticas públicas que promovam equidades entres os sujeitos subalternizados dentro da pirâmide social. A consequência da universalização faz com que não saibamos as diferenças de mulheres existente no cotidiano, resultando na visibilidade de algumas e invisibilidade de outras. Além do mais, homens negros dentro das relações de poder estão abaixo de mulheres brancas, então é sempre bom questionar de que homens estamos falando, temos que romper com a homogeneidade da categoria homem, pois ela também passa pelo processo de universalização. E essa distorção de realidade faz com que muitas mulheres negras não compreendam a sua própria realidade ou não enxergam outras possibilidades de mundo.

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio

ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105)

Na citação acima, podemos compreender um outro ponto de vista acerca do *outro*, para socióloga negra Patrícia Collins é necessário ter o ato de autoavaliação e do auto definição para romper com a lógica colonizadora. “Autodefinição envolve desafiar o processo político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das auto definição das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 102). Logo, a construção de estereótipos são performance de imagens que fazem parte do processo de desumanização e controle de mulheres negras e exploração de seu corpo. E o ato de resistência as imagens externas criadas pelos grupos de dominação causam oscilação do *status quo*, e isso resulta no aumento de imagens externamente definidas como ação de punição para que essas mulheres voltem a lógica de controle de seus corpos.

Por isso que é importante que mulheres negras insistam no processo de auto definirem-se e auto avaliem-se, dado que “definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem auto definição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação”. (COLLINS, 2016, p. 105). Tanto Collins, Kilomba e Ribeiro, relacionam a construção do *outro* a partir do atrito que há entre sujeitos que são diferentes da norma imposta do comportamento do sujeito masculino heterossexual e branco. Assim sendo, os homens brancos se definem como sujeitos universais que falam de forma universal, que utilizam de seus privilégios enquanto sujeitos masculinos brancos para marcarem pessoas não brancas e mulheres de acordo com a supremacia masculina branca. É importante lembrar que esse processo de poder de rompimento dessas imagens definidas foi negado a mulheres negras e

quando mulheres negras utilizam esses marcadores para reverter o processo de desumanização e empoderamento, causa incômodo e ruídos de que querem separar, seguindo com o argumento da falsa democracia. Mas está tudo bem quando esses marcadores são usados para opressão.

Em seu estudo de caso, Collins utiliza alguns relatos para comprovar que a auto definição é um ponto de partida para romper o processo de objetificação do corpo da mulher negra, onde essas mulheres têm consciência da opressão que vivem em seu cotidiano, mas usam esses ataques psicológicos para resistir, seja anonimamente ou coletivamente. De acordo com Gwaltney (1980, 238, 240) “Nós sempre fomos os melhores atores do mundo...Acho que nós somos muito mais espertas do que eles porque nós sabemos que temos que jogar o jogo. Nós sempre tivemos que viver duas vidas – uma para eles e uma para nós mesmas” (apud COLLINS, 1990, p. 134). Logo, o silêncio não deve ser interpretado como posicionamento de aceitação, mas sim uma construção de uma identidade empoderada e não consumidoras da performance criada pelo racismo e sexismo. Lembrando que muitas mulheres vivem na lógica de sobrevivência, devemos ser cuidadosos quando julgamos o que é ou não resistir.

Para Davis existe outra problemática a ser analisada que é o racismo e o sexismo dentro do próprio movimento feminista, uma vez que a categoria mulher foi universalizada, partindo destas primícias quem estava fora desse padrão não era reconhecida e nem participava dessas demandas. Por exemplo o ocorreu nos EUA<sup>6</sup> quando a pauta era sobre o voto feminino, temos dois momentos a serem analisado. O primeiro é que a esse direito a voto só favorece as mulheres brancas, não foi pensado que a mulher negra também necessitava de participação política. O segundo momento está na argumentação que o movimento “direitos da mulher (branca/classe média)” usava para afirmar a necessidade se serem reconhecidas como sujeitos políticos era baseada no racismo. hooks afirma que:

As mulheres negras foram colocadas num duplo dilema; ao apoiarem o sufrágio feminino implicava que elas estavam a aliando-se às mulheres brancas ativistas que tinham publicamente revelado o seu racismo, mas ao apoiarem apenas o sufrágio do homem negro estavam a endossar a ordem social patriarcal que não iria conceder-lhes nenhuma voz política. (HOOKS, 2014, p.6)

<sup>6</sup> Estados Unidos da América.

Para hooks as mulheres negras contemporâneas não podiam se associar a luta pelos direitos das mulheres visto que não se reconhecem enquanto categoria mulher, uma vez que essa categoria mulher foi universalizada e o discurso de feminilidade não estava enquadrado dentro da identidade dessas mulheres negras. Isso levou a esse corpo feminino negro a abdicar das questões de gênero por ter sua feminilidade desvalorizada pelo sexismo e levantar as problemáticas de negritude como única identificação.

A autora chama a atenção que as mulheres negras eram duplamente oprimidas, tanto pelo racismo quanto o sexismo, porém as mulheres brancas tinham a tendência a romantizar as experiências vividas pelas mulheres negras, em vez de analisar as consequências dessas opressões. Elas reconheciam essas opressões, porém assumiam o discurso de que as mulheres negras conseguiam lidar com essas opressões sendo forte. Ser forte não é cessar a opressão. Além do mito de que os homens negros foram “castrados” durante a escravidão, logo não submeteram a mulher negra ao sexismo, se esquecendo que o desejo do homem negro era assumir o lugar de controle do homem branco.

Por outras palavras, foi-nos pedido que negássemos uma parte de nós próprias – e fizemo-los. Consequentemente, quando o movimento de mulheres levantou a questão da opressão sexista, nós argumentamos que o sexismo era insignificante à luz da severa e mais brutal realidade do racismo. Nós tivemos medo de reconhecer que o sexismo podia ser tão opressivo como o racismo. Nós agarramo-nos à esperança de que a libertação da opressão racial seria tudo o que era necessário para sermos livres. Nós éramos a nova geração de mulheres negras que foram ensinadas a submeterem-se, a aceitarem a inferioridade sexual e a serem silenciosas. (HOOKS, 2014, p. 5)

Através da citação acima podemos perceber o quão é importante o reconhecimento das identidades e que é necessário ter a interseccionalidade das opressões, não podemos trabalhar na lógica de hierarquização das opressões. Dado que a especificidades das mulheres negras não está ligado a uma coisa só, e esse sujeito não deveria ter que escolher o que priorizar, já que as questões de classe, raça e gênero faz parte dela como um todo. Então a mulher negra não deveria escolher entre a sua negritude e sua feminilidade, por isso o feminismo negro é importante.

É importante não se hierarquizar opressões, pois isso faz com que

determinados sujeitos tenham dificuldade em reconhecer e despertar o sentimento de pertencer a algum movimento, uma vez que o feminismo só trata questões de gênero, o movimento negro só pauta as questões raciais, e o LGBTQ+ pauta questões referentes à orientação sexual. Isso faz com que um indivíduo que tem sua identidade ligada a esses três ou dois movimentos, tenha que optar por escolher qual opressão lutar, mesmo que todas o/a coloque em um determinado lugar dentro hierarquização nas relações de poder. Não se pode sujeitar que alguém negue uma identidade em detrimento de outra. Para Ribeiro, isso nos faz cair em um reformismo e não em uma transformação real da realidade social, “até que ponto se legitima o poder que se condena?” (RIBEIRO, 2017, p. 50). É necessário assumir as diferenças, pois elas existem, mas não as transformar em algo negativos, em desigualdade social, política e econômica. Temos que ter a compreensão partimos de lugares diferentes e a não compreensão dessas diferenças, fazem com que caiamos em discursos universalistas, que exclui outras experiências e outras formas de ver e interpretar o mundo. Portanto, não demarcar esses lugares de partida, faz com que homens brancos, negros, heterossexuais e mulheres não se questionem e continuem reproduzindo a lógica de oprimir os/as diferentes.



### 3- O RANGER DOS DENTES

Eu ranjo meu dentes. Eu ranjo tantos os meus dentes que eles doem. Minha dentista diz que é porque os ligamentos dos meu dentes nunca têm chance de descansar porque a minha mandíbula está constantemente pressionada enquanto eu durmo. Então agora uso uma placa de silicone macia durante a noite para proteção. Eu preciso proteger meu corpo de ser atacado por ele mesmo, por mim mesma. Isso fala de um estranhamento cotidiano de mim mesma em espaços institucionais feministas brancos, de alienação e dor psicológica. Eu sou um “corpo estranho ferido” removido de mim mesma, pois assim eu não sinto a dor psicológica institucional. (TATE, 2013, p. 186)

Os estudos feministas tem como compromisso criticar a produção do conhecimento científico, uma vez que a construção e a validação são controladas e dominadas pela elite de homens brancos, portanto, seus interesses transpassam pela estrutura de criação de temas, paradigmas e epistemologias que ditam os trabalhos acadêmicos, transformando-os em um conhecimento tradicional. Logo, tudo que foge das regras, padrões e interesses desse grupo privilegiado, tem como consequência suas experiências distorcida e excluída daquilo que é validado como conhecimento. E através das análises acerca das relações de gênero vão sendo criadas novas formas de epistemologias, pois o campo de estudos feministas no Brasil apropria-se das relações raciais e da crítica ao racismo criando uma interseccionalidade entre as categorias de opressão.

Para a historiadora Giselle Cristina dos Anjos Santos, existem muitas semelhanças entre os estudos feministas e os estudos antirraciais, visto que tanto sexismo epistêmico quanto racismo epistêmico se constituíram historicamente como “um mecanismo de poder que objetiva o extermínio material simbólico dos outros (DÍAZ, 2010 apud SANTOS, 2016, p. 11)”. Além do mais, o racismo e o sexismo político e econômico são mais fáceis de identificar, pois podemos visualizá-los no cotidiano ao contrário do racismo e sexismo epistêmico que age de forma mais sutil, porém não deixar de ser agressivo, em virtude que faz parte do processo de silenciamento e extermínio dos povos subjugados pelos europeus. O racismo e o sexismo epistêmico só ocorre pela posição privilegiada que certos grupos têm nas relações de poder, com isso vozes brancas e masculinas exercem seu poder determinado o conhecimento tradicional, ou seja, através da argumentação da neutralidade e objetividade, a tradição do pensamento hegemônico acabam não incluindo os não ocidentais. Devido a isso, as experiências das mulheres negras são deturpadas ou excluídas daquilo que é validado como conhecimento.

A historiadora reconhece que os estudos feministas tem o propósito de fazer a

crítica sobre a hipótese de neutralidade e objetividade da ciência moderna, alinhando-se ao pensamento da bióloga e filósofa americana Haraway que faz críticas severas em seu artigo “ Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”(1995), afirmando que a existe uma suposta “conspiração invisível” entre os cientistas/filósofos/homens/brancos com suas bolsas e laboratórios, e na margem da ciência estão os *outros*, os “corporificados a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante, fora de nossos pequenos círculos” (HARAWAY,1995,p.7). Portanto, a autora tenta refutar esse argumento de objetividade ininteligível, descorporificada e tecnocientista, criada por esses indivíduos privilegiados.

Mas por outro lado, as cientistas feministas tem se locomovido entre dois eixos de retórica: o construcionismo social e empiricismo feminista. O construcionismo teórico expressa o caráter retórico da ciência, ou seja, a perspectiva de uma objetividade que não legitima a subjetividade faz parte do processo de construção de um debate que redireciona o olhar científico para temas, paradigmas e epistemologias relevantes à ideologia dominante. Nessa lógica, o conhecimento é teorizado como um movimento de poder, e não em um movimento em direção a verdade. Então a ciência se torna uma arte de argumentar, com isso algumas produções acadêmicas dentro da disputa científica/retórica que são dadas como verdade, pois fazem parte da ideologia dominante e o conhecimento reconhecido é aquele que vence no campo político acadêmico.

Logo, o pensamento construcionista crítica a objetividade, mas para Haraway é perigoso se prender a esse tipo de argumentação, pois ele traz aspectos contestáveis, uma vez que a ciência se torna dependente do poder da retórica e isso tem como consequência a diminuição dos saberes científico, “desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões "corporificadas" da verdade, e acabamos por ter mais uma desculpa para não aprendermos nada da Física pós Newton e mais uma razão para parar com a velha prática feminista de autoajuda de consertar nossos carros. Afinal, trata-se apenas de textos, vamos devolvê-los aos rapazes.” (HARAWAY,1995, p.13). Por isso, as disputas acadêmicas podem causar um certo desgaste emocional e físico, resultando na desistência. Segundo a autora:

Queríamos uma maneira de ir além da denúncia da ciência enviesada (o que,

aliás, era muito fácil), e além da separação das boas ovelhas científicas dos maus bodes do viés e do abuso. Parecia promissor alcançar isso através do argumento construcionista o mais forte possível, que não deixava frestas para a redução das questões à oposição entre viés versus objetividade, uso versus abuso, ciência versus pseudo-ciência., (...) não podemos nos permitir esses jogos específicos com as palavras - os projetos de criação de conhecimento confiável a respeito do mundo "natural" não podem ser entregues ao gênero paranóico ou cínico da ficção científica. Quem tem interesses políticos não pode permitir que o construcionismo social se desintegre nas emanções radiantes do cinismo. (HARAWAY,1995, p. 13 e 10)

Já no outro eixo da retórica se encontra o empiricismo feminista, para Haraway as feministas não tem que se deter no construcionismo, mas sim empenhar-se em criar uma epistemologia ética-política. Desta forma, o marxismo servirá como colaborador na instrumentalização desta concepção através da corporeidade, salientando a importância de se ter teorias politizadas e contra-hegemônico. Para a autora, o projeto de ciência feminista se consiste em “mundo que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada” que através da “insistência pós-moderna na diferença irreduzível e na multiplicidade radical dos conhecimentos locais” (HARAWAY,1995, p.16). Portanto, não podemos nos deter somente em denunciar as performances construídas dos significados e dos corpos, mas é preciso construir alternativas e possibilidades de um futuro.

Haraway defende que o feminismo significa saberes localizados, isso quer dizer que o empiricismo feminista tem/deve romper com a lógica de uma ciência que usa o “truque de deus”, onde tudo vê e analisa, e não se auto nomeia, localiza-se e descreve-se, com a crença de sua posição surgiu de forma natural. Romper com esse ciclo é compreender que a única objetividade possível é aquela que entende que sua localização e conhecimento são limitados, ou seja, esse pensamento irresponsável eurocêntrico de se achar deus (onipresente, onisciente e onipresente) tem aceitar a impossibilidade de estar em todas ou inteiramente em uma parte dentro das estruturas de gênero, raça e classe, e sua localização (geográfica). Salientando que em sua proposta, autora acredita em um nascimento de uma prática híbrida de subjetividade que se alia a um conhecimento revolucionário, autocrítico, e uma ciência rigorosa e constante. Que a construção de um conhecimento responsável é estar posicionado e ciente de prestar contas daquilo que se produz, estar posicionado politicamente não quer dizer identificar-se com o sujeito de estudo apropriando de suas pautas, que também é diferente de se ter empatia com determinado grupo subjugado.

Em seu artigo “Rumo a um feminismo descolonial” (2014), a filósofa argentina

María Lugones faz uma crítica ao universalismo das teorias feministas do Norte, uma vez que as experiências de outras mulheres que possuem outros tipos de marcadores (além do gênero) são invisibilizadas ao tratar de “uma voz feminina” ou ponto de vista feminista” de forma singular. Como proposto de uma nova forma de construção de conhecimento, a autora propõe uma teoria descolonial que evidencie as possibilidades de resistência dos povos que foram colonizados do Sul e suas experiências e saberes, que contrapõe a colonialidade. Através da sua denúncia a modernidade capitalista que organiza o mundo, ontológica e epistemológica e categorias que Lugones denomina de “Homogêneas, atômicas, separáveis” (2014, p. 935). Portanto, devemos olhar o sistema colonial de gênero moderno por meio de uma lente que teorize a lógica dicotômica e hierárquica do pensamento capitalista, para que ocorra isso é necessário investigar grupos sociais onde a tensões e resistência existam.

Lugones utiliza o conceito de “não moderno” dos antropólogos Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser, ao invés de “pré-moderno”, para evidenciar as características de grupos sociais são opostos da modernidade e denunciar as formas que a ciência moderna naturaliza as formas para classificar as organizações sociais através do processo de hierarquização, portanto os demais coletivos sociais são considerados inferiores. Ou seja, ao utilizar “não moderno” isso aponta que esses sujeitos e seus conhecimentos, relações, práticas e valores são contrários a dicotomia da modernidade. A filósofa defende que dentro de uma perspectiva de um sistema hierárquico a dicotomia entre o “humano” e “não humano” é o ponto central da modernidade colonial, pois devido a colonização das Américas e do Caribe se cria uma hierarquização imposta aos povos que foram colonizados pelo homem branco do ocidente. Portanto, os povos indígenas e africanos eram categorizados como “não humanos”, posteriormente denominados como macho e fêmea, ao contrário daqueles reconhecidos como “humanos” que fazem parte da categoria homens e mulheres. É importante destacar que mesmo dentro do grupo dos “humanos”, existe a hierarquização entre homens e mulheres.

A mulher ocidental é vista como “não homem”, porém ela recebe certa simpatia por ser utilizada para reproduzir “raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (LUGONES, 2014, p.936). Em vista disso, podemos perceber que o homem ocidental se automeiou superior a todos e todas, seja em uma perspectiva de raça, gênero ou classe. Com isso, podemos entender que a categorias de gênero foi imposta e inserida no contexto, na história das relações das sociedades que foram colonizadas. Para a

autora, é importante compreender que esses povos que foram subalternizados tornaram-se sujeitos em um sistema colonial devido às tensões criadas pelo estabelecimento de um sistema moderno colonial de gênero, que se caracteriza pela lógica biológica, heterossexual e patriarcal. Segundo María Lugones:

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes. Também se pode reconhecer, com o alcance que estou dando à imposição do sistema moderno colonial de gênero, a desumanização constitutiva da colonialidade do ser. (LUGONES, 2014, p.938)

Dessa forma podemos identificar a conexão entre a inserção colonial da hierarquia de gênero moderna nas organizações sociais que foram colonizadas e a inclusão do caráter instrumental do conceito moderno da natureza. Dialogando com “o termo colonialidade seguindo a análise de Aníbal Quijano do sistema de poder capitalista do mundo em termos da “colonialidade do poder” e da modernidade” (LUGONES, 2014, p.939), a partir do conceito de “colonialidade”, podemos definir dois eixos que definem o sistema de poder: “colonialidade do poder” e a “modernidade”. “A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas. Ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor sobre o sistema de poder capitalista global, mas também crítico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres”. (LUGONES, 2014, p.939). A intencionalidade da autora ao utilizar o termo “colonialidade” não é somente evidenciar a classificação de sociedades em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas da mesma forma denunciar o processo de desumanização que faz com que esse sistema classificatório funcione. A partir da perspectiva de colonialidade de gênero, Lugones traz como proposta fazer uso de uma lente da qual possamos compreender em intensidade as transformações epistemológicas do sistema dominante.

Lugones argumenta que o capitalismo eurocêntrico se sustenta pelo meio da

colonização inserido hierarquia de gênero onde não existia. Segundo a socióloga negra nigeriana Oyèrónké Oyewùmí “um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores. De fato, o privilégio do gênero masculino como uma parte essencial do *ethos* europeu é consagrado na cultura da modernidade”. (OYEWÙMÍ, 2013, p.171), mas temos que ter compreensão que muitas vezes a abordagem conceitual utilizada em uma cultura específica, pode ser inserida em outro contexto social. Isso quer dizer, que as metodologias e regras para pesquisar o gênero foram formuladas e criadas de acordo com a Europa e América do Norte, com isso temos estudos produzidos por feministas focado nas experiências de mulheres, na hierarquia e suas questões de gênero. Consequentemente as experiências das mulheres europeias e norte americanas são dadas como universais, fornecendo base para as teorias, conceitos, problemáticas, questões que refletem na pesquisa sobre gênero. Oyèrónké Oyewùmí afirma que:

Pesquisadoras feministas utilizam o gênero como modelo explicativo para a subordinação e a opressão das mulheres em todo mundo. De uma só vez, elas assumem a categoria “mulher” e sua subordinação como universais. Mas o gênero é acima de tudo uma construção sociocultural. Assim, como ponto de partida da pesquisa, não podemos tomar como dado o que de fato precisamos investigar. Se gênero predomina tanto na vida das mulheres brancas ao ponto de excluir outros fatores, temos que nos perguntar: por que gênero? Por que não outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental para afro-americanos? Porque o gênero é construído socialmente, a categoria “mulher” não é universal, e outras formas de opressão e a igualdade estão presentes na sociedade, outras questões devem ser feitas: porque gênero? Até que ponto uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? Qual das situações das mulheres a teoria feminista teoriza bem? E de que grupos particulares de mulheres? Em que medida essa análise facilita os desejos das mulheres de entender a si mesmas mais claramente? (OYEWÙMÍ, 2013, p.173)

Oyèrónké utiliza o exemplo da sociedade africana Yoruba para argumentar sobre a universalização da epistemologia feminista, afirmando que o sistema opressivo de gênero foi imposto dentro da sociedade africana, modificando totalmente a compreensão que aqueles indivíduos tinham sobre si, fazendo com que as mulheres passassem por um processo de subordinação aos homens em todos os aspectos de suas vidas. “Assim, gênero é o princípio organizacional fundamental, e as distinções de gênero são as primeiras fontes de hierarquia e da opressão dentro do núcleo familiar.” (OYEWÙMÍ, 2013, p.175). Para ambas as autoras o gênero é uma imposição colonial, o sistema de gênero não trata somente uma perspectiva hierárquica, mas também uma questão de diferença racial, e essa diferença racial faz o indivíduo passar

por um processo de desumanização, ou seja, o gênero coloniza.

A teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak traz a realidade das mulheres indianas, em sua obra “Pode um subalterno falar?” (2010), qual subalterno/a estamos falando?será todos/as são indivíduos subalternizado/a? Quem de fato vive na margem da sociedade? Para Spivak não existe uma história única e verdadeira, ou seja, considerar que só exista a versão dos vencedores da história é um equívoco e uma violência epistêmica. Considerar uma história única é eliminar quaisquer trajetórias que existiram e existem concomitantes a essa história singular. Do mesmo modo que não existe uma história única, não existe um sujeito único/singular/inteiro, não existe na realidade social um sujeito puro ou livre de sem influências externas. Com essa visão sensível dessa multiplicidade, contesta-se uma hipótese de um essencialismo do sujeito da história, nega-se que exista uma essência que compõe a história e o sujeito. Com isso podemos perceber que o que até então era desconsiderado ou tratado superficialmente nas teorias, o sujeito subalterno/a, aquele que não é ouvido, não tem espaço de fala.

Os sujeitos subalternizados estão nas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK 2010, p. 12). Quando utilizado o termo “subalternidade” refere-se a grupos marginalizados que não detém voz ou representatividade, como isso podemos perceber que condição de subalternidade tem como consequência o silenciamento, ou seja, acaba-se tendo a interpretação errônea que esses indivíduos necessitem de uma representação por sua condição de silenciado. Saliendo que o conceito de “subalterno/a” não é o equivalente ao conceito de “oprimido/a”, mas está relacionado aqueles/as que não tem espaço no contexto de globalização, capitalismo, totalitário e excludente, porque se tem voz, deixa de ser um sujeito subalternizado/as. Podemos perceber a existência de sujeitos subalternos/as, é através do conceito de “representação”, os/as subalternos/as são silenciados a todo momento e uma forma de silenciamento é a representação. Existem dois tipos: *vertretung* e a *darstellung*. A primeira se trata da representação que alguém faz de um grupo que na sua concepção não tenha condição de se auto representar, existe aí uma falsa ideia de representação, pois aqueles que deveriam falar são calados por esse tal representante. A segunda é referente a uma representação dramática, quase que teatral na qual a forma existe, mas o conteúdo é falso. Essa distinção de Spivak desvela um movimento cruel, por ver um discurso nobre de libertação pode esconder a manutenção de essencialismos

e imperialismos que causam uma violência epistêmica.

A partir dessa visão destaca um conflito que antes não existia, de um lado a concepção de um indivíduo autônomo, livre e único, que todos/as seriam independente de sua nacionalidade, da sociedade em que está inserido/a, e tempo histórico em que se encontram, afinal esse indivíduo é essencial. De outro um indivíduo fragmentado e descontínuo marcado pela sua localidade, temporalidade e sociabilidade, que pode ser consequência da subalternidade. Spivak considera a divisão internacional do trabalho e os pilares do capitalismo global em sua análise, deste ponto de vista podemos enxergar que alguns/algumas têm mais chance de falar, de serem ouvidos/as, de contarem sua história. Com base na categoria “trabalhador”, não dá para usar esse termo acreditando que todos/as os/as trabalhadores do mundo são estão em pé de igualdade, principalmente se levarmos em consideração a divisão internacional do trabalho, veremos que os/as trabalhadores/as do chamado terceiro mundo tem questões específicas que só pertencem a sua localização geográfica, diferentes das do chamado primeiro mundo.

E quando Spivak traz a questão do silenciamento também está se referindo ao silenciamento epistêmico, portanto é necessário “acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas, como está ocorrendo na antropologia, na ciência política, na história, na sociologia” (SPIVAK, 2010, p.86), pois escrevemos como sociedade que tiveram a consciência formada como indivíduos coloniais, em decorrência disso o terceiro mundo é representado pela narrativa ocidental do primeiro mundo. A teoria de Spivak chama a nossa atenção, assim como Oyèrónké Oyewùmí, para repensar essas categorias universalizadas utilizadas para explicar a realidade de todos/as. Temos que refletir sobre que medida a base dessa construção teórica parte da ideia de indivíduo ou sujeito único. A autora direciona suas críticas a autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, ambos estavam concentrados em algo absoluto e único, pensando na realidade europeia esqueceram e não consideraram a possibilidade da fragmentação de visão, multiplicidade de sujeitos que existem fora da Europa. É importante compreender que a produção intelectual ocidental permeia com pelos interesses econômicos internacionais, logo as leis são controladas por um projeto imperialista que tem como objetivo abafar os/as marginalizados/as impedindo que produzam suas próprias narrativas. Para superar as narrativas ocidentais é essencial visitar a historiografia indiana colonial sob perspectiva dos/as silenciados pela a história dos vencedores durante o período de ocupação colonial, em outras palavras, é essencial a produção da história dos/as



marginalizado/as pelo olhar dos/as marginalizados/a. Colonização física pode ter acabado, mas ainda continua uma colonialidade na maneira de ver e pensar o mundo. Segundo Spivak, o subalterno só poderão falar quando eles puderem falar em sua própria língua, com seus próprios esquemas explicativos, com sua própria cultura. Se para serem ouvidos tiverem que se utilizar de outros elementos nunca serão ouvidos

As intelectuais negras se deparam com duas epistemologias distintas para construir o conhecimento especializado do feminismo negro nos Estados Unidos, uma representa os interesses da elite dominante, e a outra comprometida em expor as preocupações do feminismo negro. Escolher qual epistemologia usar na busca de uma construção de conhecimento, não é uma questão neutra. Pelo contrário, isso determinará a problemática fundamental de como as versões da verdade vão se estabelecer. Collins afirma que as instituições sociais que legitimam e promovem conhecimento, como epistemologias ocidentais e eurocêntricas, está relacionada com os processos dominantes de validação do conhecimento. "(...) acadêmicos, editores e outros especialistas representam interesses específicos e processos de certificação, e tudo aquilo que eles afirmam ser conhecimento deve atender a critérios políticos e epistemológicos vigentes nos contextos em que se inserem" (KUHN, 1962; MULKAY, 1979 apud COLLINS, 2013, p.142). Esses processos de validação se espelham nos interesses políticos de homens brancos que fazem parte da elite dominante. Mesmo que esses processos representem ou protejam o interesse desse grupo, isso não quer dizer que esses sujeitos dirijam pessoalmente esses espaços institucionais, mas que sua epistemologia dominante está inserida nestes espaços.

Podemos observar a existência de dois critérios políticos que influenciam no processo de validação do conhecimento. Uma vez que um conhecimento é apresentado como verdade, ele é submetido a uma análise de uma junta de especialistas, que é formada por membros que estão localizados/as no sistemas de opressões interseccionais, ou seja, ninguém está isento de concepções que se baseiam em uma cultura específica, muito menos quando está inserido/a no interior das opressões de raça, classe, gênero e nação. Isso significa que muitas vezes temos que submeter esse conhecimento para academia dominada pela elite branca, masculina, heterossexual, para seja validado. Em segundo lugar, a comunidade especializada tem responsabilidade com a organização social do qual abstraiu o seu conhecimento, isso quer dizer que se o/a pesquisador/a se afastar dos saberes daquele determinado grupo social, pode ocorrer o risco de serem descredibilizado/a. Segundo Collins:

Quando homens brancos de elite ou qualquer grupo inequivocamente hegemônico domina os processos de validação do conhecimento, os dois critérios políticos mencionados anteriormente podem atuar no sentido de suprir o pensamento feminista negro. (...) No mais, o pensamento especializado que coloca em xeque noções de inferioridade das mulheres negras dificilmente terá origem nos contextos acadêmicos controlados por homens brancos, já que tanto as questões norteadoras quanto às respostas dadas a elas escolheriam, necessariamente, sua falta de familiaridade com a realidade das mulheres negras. Mesmo aqueles que acham que estão familiarizados podem vir a reproduzir estereótipos. Acreditando que são experts, muitos estudiosos defendem, sem hesitar, imagens controladoras de mulheres negras, retratando-as como “mães-pretas”, matriarcas e hipersexuais, permitindo que tais noções do senso comum permeiem seus escritos. (COLLINS, 2013, p. 144)

Para Patrícia Collins, as feministas negras contemporâneas tem realizado um processo de identificar os principais conceitos e dialogar com a forma de pensar o mundo a partir do ponto de vista das mulheres negras, mas assim como outros grupos subalternizados, as questões epistemológicas e políticas tem sido uma barreira, com isso mulheres afro-americanas têm procurado outras alternativas de produção e validação do seu próprio conhecimento. “Analfabetismo, educação baixa qualidade e falta de acesso a posições administrativas e de docência limitaram a progressão de mulheres negras a postos acadêmicos de maior influência.” (ZINN e et al., 1986; MOSES, 1989 apud COLLINS, 2013, p. 144). A muito tempos mulheres negras cansaram de serem objeto de estudo e usam seus conhecimentos para refutar os estudos realizados pela elite dominante, porém com a falta e acesso a posições de autoridade, o que lhes restam é procurar alternativas de validação de conhecimento.

O pensamento feminista negro é construído por ideais produzidas por mulheres negras que explicam o ponto de vista de e para mulheres negras, ou seja, “é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954 apud COLLINS, 2016, p.101). Deste modo, o pensamento feminista negro pode até ser registrado por outras pessoas, mas só quem o produzem são mulheres negras. Mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma concepção diferente com bases em suas experiências e compartilharam com outras mulheres negras. Por mais que mulheres negras possam se identificar com outras perspectivas dentro do espaço de compartilhamento, ainda existirá variação de classe, localidade, idade e sexualidade que constituem a vida desses sujeitos, com isso podemos obter diversas interpretações sobre o mesmo tema que gerou a princípio uma identificação. Collins afirma, que nem sempre mulheres negras compreende o ponto de vista de mulheres negras, e com isso é necessário que

mulheres negras intelectuais produzam fatos e teorias sobre a experiências de mulheres para elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras.

Collins explica:

(...) o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns. Não existe uma plataforma feminista negra a partir da qual se possa medir a “precisão” de uma pensadora; nem deveria haver uma. Em vez disso, como definição acima, existe uma longa e rica tradição de um pensamento feminista negro. Grande parte deste pensamento tem sido produzido de forma oral por mulheres negras comuns, em seus papéis de mães, professoras, músicas e pastoras. Desde o movimento dos direitos civis e do feminismo, as ideias de mulheres negras têm sido cada vez mais documentadas e está atingindo um público mais amplo. parte desse processo emergente de documentação e interpretação. (COLLINS, 2016, p. 107)

Levando em consideração que o pensamento feminista negro “reflete temas característicos das experiências de mulheres afro-americanas, e seus temas centrais - trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político.”(COLLINS, 2013, p. 139-140), no entanto, devido às regras epistemológicas, essas experiências são subjugadas e dadas como ilegíveis para a construção do conhecimento. Para a autora, a formulação do ponto de vista das mulheres negras e resultando das experiências vividas no seu cotidiano, portanto através das opressões vivida por elas, se tem a compreensão do seu lugar nas relações de poder na estrutural social, isso gera uma consciência independente que beneficia o pensamento feminista negro. Existe mutualidade do ponto de vista das mulheres negras e do pensamento feminista, porque uma válida o outro. Um conhecimento é construído pelo cotidiano, assegurando que exista um troca de experiências em grupo e entendendo a realidade com base no ponto de vista das mulheres negras. Já o pensamento feminista negro é um conhecimento especializado promovido por especialistas que fazem do grupo e que expõe o ponto de vista do grupo.

Essa tentativa de dialogar o ponto de vista das mulheres negras com o pensamento feminista negro pode ser condenado pelo conhecimento promovido pelos dominantes, ainda mais quando as mulheres negras são excluídas da literatura base de algum componente curricular dentro de um determinado curso, de experiências educacionais qualificadas, das instituições e cargos administrativos, limitando os acessos das mulheres negras. Collins afirma que para acadêmicas afro-americanas, que persistem em dialogar com o ponto de vista das mulheres negras, têm sua produção invalidada pela epistemologia eurocêntrica. Uma forma de excluir mulheres

negras nos processos de validação do conhecimento é autorizar que uma minoria ocupe cargos de autoridade em instituições que legitimam o conhecimento encorajando-as a trabalhar com noções de inferioridades do senso comum, mas compartilhada pela comunidade acadêmica. As que aceitam se submeter a essa concepção são recompensadas e as que se negam são colocadas à margem.

Collins acredita que a necessidade de experiências de experiências entre grupos oprimidos é resultado dos processos de colonialismo, imperialismo, escravidão, apartheid e de todos os sistemas de desumanização racial, faz com que negras/as compartilhem uma perspectiva comuns de opressão, a necessidade de não se sentir sozinha/o no mundo. E essas semelhanças perpassam a materialidade, os valores afrocêntricos influenciam a estrutura familiar, instituições religiosas, cultural e nas relações raciais em várias localidades. Dessa maneira a experiência demonstra se o ligamento entre as ideias afrocêntricas e as análises feminista na epistemologia feminista negra. Entretanto, mulheres negras não compartilham da mesma a epistemologia feminista, por causa de estrutura social. A experiência é um fator de extrema importância para acessar o conhecimento, porque determina uma diferença importante entre conhecimento e sabedoria como algo importante para a sobrevivência das mulheres negras.

Uma vez que as teóricas feministas ainda possuem o status de marginalizadas dentro do espaço acadêmico, também podemos compreender e afirmar a existência de campos dos estudos feministas que são marginalizados internamente, produções do pensamento do feminismo negro. Isso gera um certa contradição dentro da proposta de emancipação do feminismo de modo geral. Dado que tanto as mulheres e a comunidade negra, compartilham da mesma lógica de subjugação na produção de um pensamento científico através construção de uma epistemologia não-eurocêntrica, e negação de ser um agente histórico em seu próprio tempo, gerando o racismo epistêmico e o sexismo epistêmico.

O silêncio da história sobre a experiências de mulheres negras, e a invisibilidade imposta dentro da produção de conhecimento, estão cada vez mais sendo evidenciados por mulheres negras que estão falando sobre mulheres negras, que consideram a interseccionalidade das opressões de raça, gênero, classe e sexualidade. Segundo Collins, é necessário romper com os silêncios, desafiando as epistemologias dominantes, para que as experiências das mulheres negras sejam colocadas no centro do debate.



#### 4- ENEGRECENDO A HISTÓRIA DAS “MULHERES”

##### História para ninar gente grande

(...)Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço  
A mangueira chegou  
Com versos que o livro apagou  
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado  
Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara  
E a tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho  
Quem foi de aço nos anos de chumbo  
Brasil, chegou a sua vez  
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês.  
(MIRANDA et al., 2019)

O objetivo deste capítulo é a criação de um tipo de dicionário composto por mulheres negras que foram excluídas ou invisibilizadas dentro da história. Ressaltando que muitas dessas mulheres têm poucos relatos de sua existência e suas experiências adquiridas em seu cotidiano de acordo com o contexto histórico de sua inserção. E muitas (ou a maioria) foram encontradas em blogs/sites produzidos por negros/as ativistas, acadêmicos ou jornalistas que acreditam que o racismo epistêmico apagou histórias dessas mulheres.

A ideia desse dicionário é dar vida aquilo que a falta de memória de uma nação tentou apagar. Acreditando que a escravidão interrompeu a história de muitas dessas mulheres negras, de seus/suas descendentes, colocando uma barreira de séculos de produção epistêmica em troca de mão de obra forçada. Essas mulheres foram grandes influências na formação da história brasileira, mas tiveram suas lutas omitidas e apagadas. No “Livro dos Heróis e heroínas da pátria”, consta os nomes de Luís Gama, Ana Garibaldi, Zumbi dos Palmares e Heitor Villa-Lobos. Mas a pouco tempo surgiu a aprovação do Senado para incluir o nome de duas lideranças femininas negra, como Dandara que foi uma das líderes do quilombo dos Palmares e Luísa

Mahin que é considerada uma das maiores lideranças negras contra a escravidão do século XIX, ambas são símbolos de resistência feminina contra a escravidão.

Juntamente com vários personagens negros, muitas dessas mulheres têm sua existência negada pela academia, pois se tem um questionamento sobre os relatos soltos que evidenciam suas existências. E a prática de negação de catalogar e analisar a tradição oral como fonte historiográfica, faz com que pesquisadores tenham dificuldade em acumular bibliografia a respeito dessas mulheres. Dandara, por exemplo, teve sua memória viva por conta das lendas que foram criadas em sua homenagem, pois não existem documentos que registrem sua origem e nem sua ancestralidade. Outras mulheres, como Na Agontimé tem seu nome citado em um documento devido a história de um local (Casa de Minas), e não pela relevância pela sua luta em manter viva as tradições religiosas de sua comunidade africana. E também temos histórias de mulheres negras que são ligadas a história local, mas com pouca visibilidade, mesmo que leis são criadas em homenagem a sua luta. O reconhecimento dessas figuras históricas é um rompimento com o racismo epistêmico, com a história tradicional e única, e um afrontamento com uma epistemologia eurocêntrica.

### **Dandara dos Palmares**

Dandara dos Palmares é uma das (se não a mais conhecida no Brasil) lideranças que lutou até seu último suspiro ao lado de seu marido Zumbi dos Palmares contra o sistema escravocrata do século XVII. Não se sabe o local de nascimento, e nem seu parentesco, pois não existem registros que confirmem esses dados. Assim como outras mulheres, trabalhava na produção de farinha de mandioca, aprendeu a caçar e a lutar capoeira, manejar armas. Liderou a infantaria do exército de negros/as do Quilombo de Palmares, formado por mulheres negras.

O Quilombo de Palmares da Serra da Barriga em Alagoas, foi fundado pelos/as os/as primeiros/as negros/as que se rebelaram contra o sistema escravista no Brasil. Dandara juntamente com Ganga-Zumba e Zumbi, participou e contribuiu em todos os atos de resistência, tanto ataques e defesa palmariana. Como ocupava o cargo de liderança, questionou os termos do tratado de paz assinado por Ganga-Zumba e recusando a proposta da Coroa Portuguesa em adequar e limitar as reivindicações dos/as quilombolas.

Por acreditar e ansiar pela liberdade, Dandara não poupava esforços para

garantir que isso se tornar-se realidade. Por isso recusou a paz em troca de terras no Vale do Cacau, proposta feita pelo governo português. Ela preferiu guerra em vez do acordo, porque acreditava que esse pacto traria a destruição da República de Palmares e na volta da escravidão.

Dandara dos Palmares foi assassinada junto com outros/as quilombolas no dia 06 de fevereiro de 1694, logo após a destruição da Cerca Real dos Macacos que era parte do Quilombo de Palmares.

### **Luísa Mahin**

Não se sabe ao certo a origem de Luísa Mahin, uns/umas dizem que nasceu livre na Bahia por volta dos anos de 1812 e para outros/as fazia parte da etnia Jeje (povos Adjejes) do antigo território de Dahomé e roubada para o Brasil no período da escravidão. Conhecida com guerreira africana, obteve um papel de extrema importância na Revolta dos Malês na Bahia, e sua casa foi transformada em um quartel general das principais revoltas negras que sucedeu em Salvador no século XIX. Mahin escapou da violenta repressão do Governo da Província e foi para o Rio de Janeiro, mas não desistiu de se rebelar contra o sistema, continuou participando de outras rebeliões negras, por consequência foi presa e acredita-se que foi deportada para o continente africana. Luísa Mahin deu à luz ao poeta e abolicionista Luiz Gama em 1830.

Na data de 9 de março de 1985, por uma iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, a praça pública no bairro da Cruz das Almas em São Paulo, foi denominada de Luiza Mahin, uma área grande que reúne um grupo expressivo de negros/as.

### **Anastácia**

Anastácia chegou ao Brasil em 9 de abril de 1740 no Rio de Janeiro no navio negreiro Madalena, juntamente com 112 negros/as Bantus do Congo para serem vendidos no mercado escravista. Ela ajudava os/as escravos/as quando eram penalizados/as e também os auxiliava/as durante a fuga. Como resultado de um estupro, Anastácia teve uma filha. Conhecida por reagir e lutar contra a opressão do sistema escravista, lutou contra uma tentativa de estupro e violência física de um homem branco, como consequência de seu ato de resistência, recebeu como castigo



uma mordação de folha de flandres e uma gargantilha de ferro, que usou por toda a sua vida, que só era permitido a retirada desse objeto de tortura para se alimentar. Ela sofreu tortura, violência física e sexual, foi hipersexualizado por suas características físicas e desumanizada durante toda a sua vida. Por outro lado, se tornou um símbolo de resistência e inspiração para outros/as escravos/as.

Anastácia viveu na Bahia, Minas Gerais e morreu no Rio de Janeiro. E antes de sua morte, a relacionaram vários milagres que ocorreram durante sua estadia.

### **Tereza de Benguela**

Era líder em meados anos de 1750 e 1770 do Quilombo de Quariterê entre o Rio Guaporé, atualmente cidade de Cuiabá, capital do Mato Grosso, onde foram amparados/as indígenas bolivianos/as refugiados/as que eram caçados/as pela Coroa Espanhola e Portuguesa, abrigando mais de 100 fugitivos/as da opressão do sistema de escravidão. Durante seu comando, Benguela criou um tipo de parlamento e reforçou as defesas do quilombo com armas que conseguiu dos confrontos ou em trocas. Em suas terras eram cultivadas milho, feijão, mandioca, banana e algodão para fazer tecidos. Em uns dos confrontos onde foi presa, Tereza negou aceitar a condição imposta de escravidão, preferiu morrer livre e se suicidou.

Em 2 de junho de 2014 foi criando uma a lei nº12.987 que no dia 25 de julho seria o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, projeto de lei criado por Marielle Franco.

### **Aqultune**

Em 1665 liderou cerca de 10 mil guerreiros/as congolezes na batalha “Mbwila”, quando sua tribo foi atacada pela tribo Wachagas. Existem desconfianças de que conflito foi tensionado pelos portugueses devido ao interesse de comercializar escravos para as Américas. Sua tribo Mani-Kongo perdeu a batalha, resultando no degolamento do rei/pai e Aqultune foi feita como prisioneira de guerra e vendida como escrava para Portugal juntamente com seus/suas companheiros/as.

Aqultune foi transportada por um navio negreiro para o forte de Elmina em Gana, onde teria sido batizada por um bispo católico e marcada com uma flor de ferro

quente em cima de seu seio esquerdo. Posteriormente desembarcou em Recife, onde foi escolhida para ser vendida como escrava reprodutora. Seu “dono” a entregou aos piores homens depois de saber de sua condição de princesa. Fugiu para o reino dos Palmares com mais de 200 escravizados/as, em seguida o nomeou de Quilombo de Palmares. Aquilune deu luz a dois filhos e uma filha, Ganga Zumba, Ganga Zona e Sabina (mãe de Zumbi).

Até hoje não se sabe ao certo qual foi a causa de sua morte, algumas fontes dizem que morreu queimada pelos portugueses e donos de fazenda, outras afirmam que conseguiu fugir e morreu de causas naturais devido a sua idade avançada. Alguns/mas acreditam na lenda que os/as deuses/deusas africanos/as a tornaram imortal, e que seu espírito guiou guerreiros/as até o fim do Quilombo de Palmares.

### **Zeferina**

Na historiografia oficial, Zeferina foi uma descendente de escravizados/as e fundou o Quilombo do Urubu com o objetivo de proteger-se e proteger seu povo escravizado/a e indígenas do sistema opressor escravista. É reconhecida como líder do Quilombo do Urubu, recebendo título de rainha, chefe, quilombola, guerreira e ligada a uma casa de Candomblé no centro de seu quilombo.

O Quilombo do Urubu se localizava na região do subúrbio de Salvador, onde lutou bravamente contra as tropas para libertar o seu povo da submissão e opressão. Zeferina não teve um destino diferente de outras mulheres negras que lutaram contra a escravidão, foi presa e morreu na prisão. Seus restos mortais foram sepultados em Cabula.

Em homenagem a mulher negra guerreira, foi criada a Associação Quilombola Zeferina que luta para manter a memória de sua resistência e ser um exemplo de luta contra todo o processo aniquilador de exclusão social no bairro de Pirajá, onde se tem uma grande expressão religiosa negra e onde se localizava o Quilombo do Urubu.

### **Maria Felipa de Oliveira**

Nasceu em um convento na Rua das Gameleiras em Itaparica na Ponta das Baleias. O casarão tinha quartos para serem alugados por pescadores, marisqueiras, armadores. Em alguns relatos, Maria Felipa de Oliveira era descrita como sempre vestida com saia rodada, bata, torso e chinelas. Segundo Lucas Borges dos Santos,

a professora Filomena Modesto Orge do Instituto Afrânio Peixoto que elaborou o retrato com base nas descrições englobado pelos relatos colhidos, acreditando que ela seja descendente de escravizados/as sudaneses.

Maria Felipa de Oliveira liderou um grupo formado por mulheres e homens de classes e etnias distintas na luta pela Independência da Bahia, onde ficou conhecida com Heroína Negra da Independência, participando de diversos conflitos. Organizando envios de mantimentos para o Recôncavo, onde se localizam as vedetas que serviam para vigiar as praias para precaver o desembarque de tropas inimigas. Seu grupo colaborou com o incêndio de várias embarcações e liderou 40 mulheres na defesa das praias, armadas com peixeiras e galhos para se defender dos ataques dos portugueses, para posteriormente atear fogos nos barcos.

Com fim da luta da independência, Maria Felipa manteve seu papel de líder e as reivindicações da população itaparicana. Junto com seu grupo, invadiram a Armação de Pesca do português Araujo Mendes, para demonstrar que a sua luta ainda não tinha acabado e evidenciar que existia hostilidade entre a população negra e os/as lusitanos/as.

### **Acotirene**

Matriarca do Quilombo de Palmares e conselheiras dos/as primeiros/as refugiados/as para a Cerca Real dos Macacos.

### **Adelina Charuteira**

Adelina era fruto de uma relação (ou abuso) entre uma mulher negra escravizada e seu dono, portanto era escravizada de seu próprio pai. Trabalhava como vendedora de charutos produzidos pelo “seu dono”, nas ruas e estabelecimentos de São Luís - Maranhão. Como outras mulheres negras escravizadas, não possui data de nascimento e morte, e nem sobrenome.

Como foi criada como escrava na casa grande, Adelina aprendeu a ler e escrever. E trabalhando nas ruas foi influenciada pelos discursos de abolicionistas que a fizeram compreender a sua realidade e decidiu envolver-se com a causa. Adelina enviava a associação Clube dos Mortos, que abrigava e promovia escravizados/as,

informações sobre as ações da polícia e estratégias dos/as escravizados/as.

Adelina Charuteira recebeu promessa que iria ser alforriada, mas nunca aconteceu.

### **Mariana Crioula**

Era mucama na Vila das Vassouras no Rio de Janeiro. Participou da maior fuga de escravizados/as no dia 5 de novembro de 1838. Liderou um quilombo juntamente com Manuel Congo.

### **Esperança Garcia**

Esperança Garcia foi escravizada e confiscada aos padres jesuítas, devido a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, passou a “pertencer” ao governo do Piauí. Posteriormente foi forçada a trabalhar na fazenda de algodão perto de Floriano, localizada em Nazaré no Piauí. Na data de 6 de setembro de 1770, Garcia escreveu uma petição à presidente província de São José, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, onde denunciava os abusos físicos que tanto ela e sua filha sofria por parte do dono da fazenda.

### **Maria Firmina dos Reis**

Maria Firmina nasceu livre no Maranhão por volta de 1825, fruto de uma “relação” entre uma escravizada e seu dono, formou-se professora primária. Em 1859 publicou o primeiro romance abolicionista do Brasil, “Úrsula”. Sua obra traz a história de um triângulo amoroso, tendo como protagonistas personagens negros/as que questionam o sistema escravocrata. A autora não assina com seu próprio, algo bem comum entre as mulheres da época, usava o pseudônimo “Uma maranhense”.

Maria Firmina recorria a alternativas como: contos, poemas e artigos para revistas como forma de denúncia a escravidão no Maranhão. Criou aos 55 anos, uma escola gratuita e mista para crianças pobres, da qual dava aula. Firmina morreu aos 92 anos.

### **Eva Maria de Bonsucesso**

Nasceu no século XIX, vendia frutas e verduras nos estabelecimentos do Rio de Janeiro. Como uma mulher negra alforriada, foi agredida por um homem branco rico, “dono” de escravos/as, sendo condenada pela agressão, mas conseguiu ser inocentada devido as testemunhas que vieram em seu favor.

### **Maria Aranha**

Líder do Quilombo de Mola em Tocantins. Maria Aranha liderou seu povo contra invasões e vencendo todos os ataques do exército português ao seu quilombo. Sustentando uma sociedade organizada politicamente.

### **Na Agontimé**

Viúva do Rei Agonglô (1789-1797), foi vendida como escrava por Adondoã (1797-1818), transportada para o Maranhão, ganhando o nome de Maria Jesuína. Fundou a Casa das Minas em São Luís, um terreno de tambor de mina que os/as escravizados/as frequentavam descendentes de Daomé, atual Benim. Seu objetivo era reconstruir o culto aos ancestrais.

### **Tia Simoa**

Liderou a luta contra a escravidão no Ceará e participou do grupo de Mulheres Negras do Cariri, o Pretas Simoa.

### **Carolina de Jesus**

Carolina de Jesus nasceu na cidade de Sacramento, com cerca de 17 mil habitantes, sendo que 4 mil habitava na parte urbana e todas as casas eram cobertas de capim. Passou sua infância em uma rua que não continha asfalto na curva de um córrego. Estudou em uma das primeiras escolas espírita do Brasil, considerada o orgulho da cidade. Porém, no início ela não demonstrou interesse algum pela escola,

suas inspirações para sua escrita foi o seu avô, do qual nomeava “Sócrates Africano”. Não permaneceu muito em Sacramento, pois sua mãe conseguiu um trabalho em São Paulo, sendo inviável permanecer no colégio espírita, que incluía o ensino médio e superior.

Por ser filha ilegítima de um homem casado, Carolina foi considerada pária durante toda a sua infância. Ao se mudarem para o interior de São Paulo, durante a sua adolescência, fixaram na cidade de Franca, onde trabalhou algum tempo na Santa Casa de Misericórdia. Depois da morte de sua mãe, ela mudou-se em 1947, aos 33 anos idade, para capital de São Paulo, devido a uma grande oferta de trabalho. Ao chegar a metrópole paulista, vagou por um tempo pelas ruas, onde dormia sobre os viadutos, e em seguida chegou a favela do Canindé, a beira do Tietê, que era formada por imigrantes, que tinham o mesmo objetivo de vida que o seu, procuravam oportunidades de melhorar suas vidas.

A favela Canindé cresceu exponencialmente devido ao êxodo rural por volta de 1930, onde habitantes do campo migraram para o centro urbanos em busca de melhores condições de vida. Carolina vivia na favela em condições precárias, onde não tinha água, saneamento básico, sem energia elétrica e sem regularização fundiária, assim como outros indivíduos que migraram para São Paulo em função da expansão do latifúndio. Essas pessoas vinham de vários estados e fora do país também, sozinhos, com família ou em grupos, a maioria era analfabeto ou semianalfabetos.

Trabalhou como empregada doméstica em casa de família, mas quando engravidou do seu primeiro filho, não pode mais permanecer com esse trabalho, devido a isso se tornou catadora de lixo. Carolina, teve três filhos/a, João José, José Carlos e Vera Eunice, do qual criou sozinha. Sozinha, desenvolveu um aprendizado com base em suas experiências vividas no seu cotidiano, escrevendo em folhas encontradas no lixo junto com papelão e outros materiais que catava nas ruas ao longo do dia. Tentou que seus textos fossem publicados, mas a única coisa que conseguia eram portas fechadas, por ser mulher negra e pobre.

Em 1958, o jornalista da Folha de São Paulo, Audálio Dantas, visitou a favela Canindé para uma reportagem e se deparou com Carolina, que discutia com a vizinhança, onde dizia que iria colocar seus nomes em seu livro. Movido pela curiosidade, o jornalista acabou com suas escritas rasuradas em suas mãos, que posteriormente se tornou um livro.

Sua obra “Quarto de Despejo” (1960), foi traduzido em 13 idiomas, e é sua

maior obra conhecida. Com seus textos baseados em sua narrativa pessoal, que tratava de sua família, denuncia “as mazelas sociais tão escamoteadas, escondidas do restante do Brasil. Sua luta, como também sua história, era uma espécie de aresta na História do país, no qual, como escritora, não obteve o reconhecimento literário a que merecia. Mas no exterior, foi tida como metáfora de resistência social, política e de gênero” (SANTOS, 2015, p.54). Carolina detestava a favela, pois se sentia escrava da miséria, expressando em seu diário toda a sua raiva: “Quando pus a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia.” (JESUS, 2005, p. 39 apud SANTOS, 2015, p. 54). Em uma das suas narrativas, Carolina relembra das fábricas que contornavam os bairros periféricos, onde ela e os demais moradores faziam fila nas portas para receber qualquer tipo de doação, ou até mesmo para mexer no lixo em busca de comida, mesmo fora das condições para consumo.

Na fábrica de bolacha o homem disse que não ia dar mais bolacha. Mas as mulheres continuaram quietas. E a fila estava aumentando. Quando chegava alguém pra comprar, ele explicava: - O senhor desculpe aspecto hediondo que este povo dá na porta da fábrica. Mas por infelicidade minha todos os sábados é este inferno. (JESUS, 2005, p. 55 apud SANTOS, 2015, p. 55).

Com o dinheiro que conseguiu de sua primeira obra “Quarto de Despejo”, a escritora, agora famosa, se mudou da favela Canindé, comprou uma casa de alvenaria no bairro de Santana, sua nova casa possuía tudo aquilo que um dia sonhou em ter. Porém, depois de um tempo se mudou com sua família para outro local. com a justificativa de sofrer preconceito por parte de seus vizinhos. Carolina lançou outras obras que infelizmente não conseguiu prestígio nacional, consequentemente caindo no esquecimento. E por isso, Jesus voltou a vida precária da qual tinha saído, só que em vez de voltar para favela, se mudou para um sítio em Palheiros. Negou sua identidade literária, porque seus livros que não tratava sobre a sua realidade e sobre a vida marginalizada, não obtiveram lucro. Chegando a conclusão, que pobre só pode falar de pobreza, nada mais além.

### **Beatriz Nascimento**

Maria Beatriz do Nascimento nasceu em Aracaju - SE, no dia 12 de julho de 1942, filha de Rubina Pereira do Nascimento (dona de casa) e Francisco Xavier do Nascimento (pedreiro), sendo a oitava entre 10 irmãos e irmãs. Aos 7 de anos de

idade mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro no final do ano de 1949. Destacando que esse período muitas famílias, grupos ou indivíduos estavam migrando na zona rural de suas cidades para os grandes centros urbanos. Por isso família muda-se para Cordovil, subúrbio do Rio de Janeiro.

Nascimento se tornou uma mulher negra estudiosa, pesquisadora, ativista e autora, com ênfase nos anos de 1968 até 1971, que foi o período em que cursava História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ). Nessa etapa de sua vida, fazia estágio em Pesquisa no Arquivo Nacional, orientada pelo historiador José Honório Rodrigues. Em seguida tornou-se professora de história da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. A historiadora, participava de grupos ativistas negros/as no Rio de Janeiro, que acabou formando vários núcleos de estudos, destacando o grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense (UFF). Beatriz Nascimento manteve o diálogo com os movimentos negros (Movimento Negro Unificado). Como pesquisadora continuou sua carreira acadêmica dando aula na pós-graduação da UFF.

Segundo Alex Ratts, autor do livro “Eu sou atlântica: sobre a vida e trajetória de vida de Beatriz Nascimento” (2006), que há registros seus em entrevistas a jornais de circulação nacional e artigos publicados periódicos relevantes: Revista Cultura Vozes, Estudos Afro-Asiáticos e Revista do Patrimônio Histórico. Nascimento também fez parte do Conselho Editorial do Boletim do Centenário da Abolição e República, no qual comprinha a função de responsável pelas entrevistas. Seu trabalho que teve mais destaque e maior divulgação, baseava-se na autoria e narração dos textos do filme Ori (1989), dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. O filme documenta os movimentos negros brasileiros durante o período entre 1977 e 1988, articulando com a relação entre Brasil e África, centralizando o quilombo. Ela viajou duas vezes para à África com o objetivo de conhecer parte do continente africano, destacando-se Angola principalmente para conhecer os territórios onde se localizavam os antigos quilombolas africanos e outra viagem foi feita para Senegal.

Na Quinzena do Negro, um evento promovido pela Universidade de São Paulo (USP), nos anos de 1977. Beatriz Nascimento compareceu como conferencista, em processo de reconhecimento público de seus estudos acerca da questão étnico-racial, principalmente os quilombos. Esse evento contava com vários/as acadêmicos/as e intelectuais negros/as em evidência, conseguindo visibilidade e com diversidade de experiências nos movimentos negros. Ressaltando que o Movimento Negro Unificado seria fundado no ano seguinte deste evento. A militância intelectual ativa de Maria



Beatriz do Nascimento contribuiu para o fortalecimento de um discurso político do movimento negro/a dentro das universidades.

Mesmo que sua carreira acadêmica estivesse em alta, por seu estudo sobre ressignificação do território/favela como espaço de continuidade de uma experiência histórica que sobrepondo a escravidão à marginalização social, segregação e resistência dos/as negros/a no Brasil. Beatriz compreendeu que ser mulher negra no mundo acadêmico era ocupar um espaço de invisibilidade duas vezes mais, ou seja, seu estudo era direcionado a analisar o histórico de invisibilidade racial histórica, principalmente em relação às questões de gênero, teve sua trajetória e produção invisibilizada.

Em 28 de janeiro de 1995, Maria Beatriz Nascimento brutalmente assassinada com cinco tiros, ao defender sua amiga de seu companheiro violento, que era um presidiário que obtinha permissão para sair e membro de um esquadrão da morte.

### **Lélia Gonzalez**

Nascida em Belo Horizonte (MG), no dia 1<sup>a</sup> de fevereiro de 1935, filha do negro ferroviário Acácio Joaquim de Almeida e da indígena e doméstica Urcinda Seraphina de Almeida. Era filha penúltima de 18 irmãos. Seu irmão foi contratado pelo time de futebol carioca Flamengo, com isso, Lélia e sua família mudaram-se para o Rio de Janeiro em 1942. Em 1946 inicia o estudo na Escola Técnica Rivadávia Corrêa, próxima da Central do Brasil. No ano de 1958 concluiu o bacharelado em História e Geografia pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No ano seguinte concluiu a licenciatura em História e Geografia na mesma instituição. Em 1962 concluiu o bacharelado em Filosofia na UEG (UERJ), para no ano seguinte concluir a licenciatura em Filosofia pela UEG (UERJ). Neste mesmo período, lecionava no Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da UEG e na Fundação Educacional e Universitária Campograndense (FEUC).

Conheceu Luiz Carlos Gonzalez na faculdade de filosofia da UEG (UERJ) com quem casou. Após o falecimento trágico de seu marido em 1965, passou um breve

período em Barbacena (MG). No ano de 1968, Lélia traduz do francês para o português o II volume da coletânea “Compêndio moderno de Filosofia”, enquanto dava aulas no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, na faculdade de filosofia, ciências e letras da Universidade Gama Filho e Colégio Santo Inácio. No ano de 1970 começa a dar aula nas Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES). Em 1974 inicia o curso de extensão sobre o Pensamento Lacaniano com o Professor Magno Machado Dias, um dos fundadores do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro. Fez mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro e participou da fundação do Instituto das Culturas Negras e do Colégio Freudiano (RJ). González iniciou o primeiro curso de Cultura Negra na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (RJ), tornando-se membro da Assessoria Política de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN/RJ), no mesmo ano separe-se de seu segundo marido Vicente Marota.

Lélia Gonzalez funda o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial no ano de 1978, no estado de São Paulo. Na data de 07 de junho, modificou o nome do movimento para Movimento Negro Unificado. Neste mesmo período lecionava no departamento de letras da PUC-Rio e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Responsável pela iniciativa de diálogo intenso entre lideranças negras de vários países. Em 1979 publica seu artigo “Mulher Negra: um retrato” no jornal *Lampião da Esquina*. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), tornando-se membro do diretório nacional do partido. Em 20 de novembro de 1981 participa de um ato na Serra da Barriga (AL) em homenagem a Zumbi dos Palmares.

Em 1982 candidatou-se a deputada federal pelo PT, elegeu-se a primeira suplente. No mesmo ano, publica o livro “Lugar de Negro” juntamente com Carlos Hasenbalg, que se tornaria referência acadêmica. Com outras mulheres negras, funda o Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro. Posteriormente publica seu artigo “Racismo por Omissão” na folha de São Paulo, que gerou grande polêmica naquele período de 1983. González ganha uma bolsa da Fundação Ford em 1984, onde encontrou-se com importantes lideranças femininas negras: Angela Davis, Annie

Rogers Chambers e Helena Moore.

No governo do ex-presidente da república José Sarney, torna-se integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). EM 1985 desfilia-se do Partido do Trabalhadores (PT). Neste mesmo ano, torna-se membro do Conselho Diretor da Society for International Development/SID, com sede em Roma. Por influência de Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro (1994), filia-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), se candidata a deputada estadual pelo partido, mas não se elege. Lecionou no departamento de sociologia e política da PUC-RIO (1987) e assume a diretoria do Planetário da Gávea. Publicou o livro “Festas Populares no Brasil” (1987), que foi premiado na Feira de Leipzig na Alemanha.

Em 1988 participou do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença (RJ). No mesmo ano na data de 20 de novembro, juntamente com lideranças do movimento negro, organiza uma marcha para homenagear Zumbi. Devido ao esvaziamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em protesto junto com outras conselheiras, toma a decisão de desliga-se pouco meses antes de terminar seu mandato. No período de 1994, toma posse como Diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. No mesmo ano, falece devido ao infarto no miocárdio.

Lélia Gonzalez, utilizou a psicanálise, o candomblé e da experiência com a cultura brasileira, para assumir sua condição de mulher negra. Sua militância intelectual, trouxe reflexões sobre a realidades das mulheres, principalmente mulheres negras e indígenas. Em suas obras, denunciou o racismo e o sexismo existentes na sociedade brasileira. Em seus últimos estudos, o denominou “negros/as da diáspora”, do qual criou o conceito de amefricanidade. Como intelectual e feminista negra brasileira, foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca dos diferentes contextos sociais de resistência das mulheres em detrimento do patriarcado, demonstrando através das histórias das mulheres negras e indígenas na

América Latina. Seu pensamento dialoga com a descolonização do saber e da produção do conhecimento., questionando a falta das categorias de análises das Ciências Sociais para explicar a realidade das mulheres negras.

### **Marielle Franco**

Marielle Francisco da Silva nasceu e cresceu na Comunidade da Maré, zona norte do Rio de Janeiro. Formou-se em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde era bolsista 100%. Como socióloga, Franco deu aula como educadora infantil na Creche Albano Rosa, na maré, onde se tornou professora e pesquisadora. Posteriormente fez mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Administração Pública, tendo como título de dissertação “ UPP- A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”.

Em 2016, tornou-se integrante da equipe da Comunidade da Maré em fazia campanha eleitoral para Marcelo Freixo para deputado estadual da cidade do Rio de Janeiro. Conseqüentemente começou a atuar na Comissão de Direitos humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, onde fazia um diálogo entre movimentos sociais e favela. Também trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foudation e o Centro de Ações da Maré (Ceasm).

Franco foi a 5ª mais votada na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, adquirindo 46.502 votos em sua primeira disputa eleitoral. Já na câmara, fez parte do grupo de 4 relatores de uma comissão criada em fevereiro, com o intuito de monitorar os trabalhos da intervenção federal na segurança pública do estado. Como vereadora presidiu a Comissão de Defesa da Mulher, onde apresentou o projeto para criação do Dossiê da Mulher Carioca, que tinha o objetivo de fazer com que a prefeita do Rio de Janeiro compilasse dados relacionados a violência de gênero no município. Também trabalhou para ampliar o número de Casas de Partos.

Projetos aprovados:

PL Nº 17/2017 - O projeto cria o programa de Espaço Infantil Noturno que prevê a utilização de creches e estruturas infantis da rede municipal para receber e devolver atividade com crianças a partir de 6 meses a 5 anos de idade, tendo o objetivo de atender a demanda de famílias que trabalham ou estudam no período noturno. O tempo nesse espaço não tem o intuito de substituir a educação regular e nem pode exceder 10 horas por dia. Seu funcionamento ocorreria de forma gratuita, universal e laico, no horário das 17h às 23h.

PL Nº103/2017 - Dia de Tereza de Benguela no dia da Mulher negra, em homenagem a líder quilombola, símbolo de luta e resistência.

PL Nº 417/2017 - Criação de campanhas permanentes de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual no município do Rio de Janeiro, em lugares públicos e transportes coletivos.

PL Nº 515/2017 - Prevê que o município se responsabilize pelas obrigações legais, garantindo medidas socioeducativas sejam cumpridas por adolescentes em meio aberto e dando oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

PL Nº 555/2017- Criação do Dossiê Mulheres Cariocas, que formula políticas públicas direcionadas mulheres por meio de coleta de dados relacionados à saúde, assistência social , direitos humanos pelo município do Rio de Janeiro.

Marielle Franco foi assassinada a tiros em seu carro no Estácio, região central do Rio de Janeiro, por volta das 21h30, juntamente com seu motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle?

Para concluir, invoco Ananse, deus aranha, que tece os destinos. E me apresento como: Ellen da Silva do Nascimento, nasceu em 16 de agosto de 1992, na L2 Sul no centro de Brasília- DF. Formanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim, onde foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) com ênfase em Educação Popular de matriz freireana. Onde defendeu seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Não se nasce mulher negra, torna-se: resistindo a perspectiva de gênero”. Assim como outras mulheres negras, sou agente histórico do meu próprio tempo.



## 5- CONCLUSÃO

Na capa da Revista CULT de julho de 2019, que traz a filósofa Djamila Ribeiro com a seguinte frase em destaque: “Sou fruto de um trabalho histórico de mulheres negras”, nos faz refletir o quanto o debate sobre raça, gênero e classe está sendo fomentado atualmente, e o quanto o campo teórico das áreas da ciência e suas produções estão sendo contestado por teóricas negras como a própria Ribeiro, Hooks, Collins, Davis, Kilomba, Gonzalez, entre outras. Junto com a entrevista de Djamila, tem uma matéria sobre a antropóloga Lélia González, duas mulheres negras que produzem sobre o contexto de mulheres negras, em tempos históricos distintos, ambas referências intelectuais negras, que ainda são excluídas dentro do referencial teórico dos espaços acadêmicos. E muitas dessas autoras estão (re) escrevendo a história a muito tempo. E este trabalho é um fruto histórico de mulheres negras. E por ser fruto, parto da premissa de González, de que é necessário enegrecer as referências, por isso priorizei teóricas negras e mulheres, é preciso romper com o silêncio.

Djamila Ribeiro traz uma reflexão rica e sofisticada de Alcoff de que o colonialismo retifica as identidades e que não existe possibilidade de fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade sem confrontar o modo com que essas identidades são criadas dentro de uma lógica colonial. Esse debate busca o entendimento de que poder e identidades são coexistentes dependendo do seu contexto, e que o colonialismo cria, legitima e deslegitima certas identidades. Com isso podemos compreender que as estruturas de desigualdade são criadas de acordo como o poder perpassa por essas identidades, ou seja, a estrutura de opressão privilegia um determinado grupo em detrimento de outro. E no caso da epistemologia, não é diferente, a epistemologia dominante nega outras formas de construção de conhecimento, assim como nega outros protagonistas históricos em detrimentos de outros.

O feminismo envolve muito mais do que a pauta de igualdade de gênero, suas discussões não devem envolver só o gênero. É preciso criar uma consciência de classe, raça, colonialismo, decolonialidade, descolonialidade, sexualidades, questões que estão atreladas ao gênero, mas não somente. O pensamento feminista não serve somente para auxiliar na compreensão das conexões existentes entre narrativas, discursos, instituições, identidades e ideologias que geralmente as analisamos de forma desconectas. Mas é primordial o desenvolvimento de estratégias

epistemológicas que ultrapassem a categoria “mulher” e “gênero”. Uma vez que as metodologias feministas nos obrigam a pensar ligações que nem sempre são óbvias.

O desenvolvimento do presente estudo sobre a universalização da categoria mulher possibilitou uma melhor compreensão da realidade das mulheres negras, compreendendo que as opressões e invisibilidades dessas mulheres não surgiu do nada, mas do resquício que o processo de escravização que vai além de trabalho forçado, mas também é um processo desumanizador dos corpos negros, e isso gerou consequências irreparáveis na história dessas mulheres e seus/suas descendentes.

Esse trabalho está localizado no campo teórico da história, pois além de ser mais uma tentativa de validar outros tipos de construções epistemológicas, outros saberes e suas formas de ver o mundo, temos que ter a compreensão de que a colonização física pode ter acabado, mas ainda vivemos uma colonização epistêmica. Devido a isso, a intencionalidade deste trabalho é provocar aquilo que tem sido dado como verdade e aquilo que tem sido validado como ciência, para posteriormente junto com os conceitos enegrecidos a partir desse temas e dessas autoras, partimos para um diálogo entre fontes, documento e arquivos.



## REFERÊNCIAS

ALL POETRY. **On Woman's Dress**. Disponível em: <<https://goo.gl/TJyr2X>>. Acesso em: 06 set. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Mulheres na História - Maria Beatriz Nascimento**. Disponível em: [encurtador.com.br/IIR68](http://encurtador.com.br/IIR68). Acesso em: 31 mai. 2019

BARBOSA, Sílvia. O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu. In: X SIMPÓSIO BAIANO DE PESQUISADORAS/ES, 2004, Bahia. **Gênero, Idades e Gerações [...]**. [Sl.:s.n.], 2005. Disponível em :<[encurtador.com.br/bmrvH](http://encurtador.com.br/bmrvH)>. Acesso em: 4 jun. 2019.

BBC. **Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil**. Disponível em:<[encurtador.com.br/zGMOX](http://encurtador.com.br/zGMOX)>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Marielle Franco**. Disponível em:<[http://www.camara.rj.gov.br/vereador\\_informacoes.php?m1=inform&cvd=311&n\\_p=MarielleFranco&nome\\_politico=Marielle%20Franco](http://www.camara.rj.gov.br/vereador_informacoes.php?m1=inform&cvd=311&n_p=MarielleFranco&nome_politico=Marielle%20Franco)>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, São Paulo, p. 117-132, set.2003. Disponível em:<<https://goo.gl/WLHqkK>>. Acesso em: 04 out. 2017.

CEERT. **Anastácia: resistência negra santificada**. Disponível em: [encurtador.com.br/djCQ7](http://encurtador.com.br/djCQ7). Acesso em: 28 mai. 2019.

CEERT. **Conheça Aqualtune avó de Zumbi dos Palmares**. Disponível em:<[encurtador.com.br/acisG](http://encurtador.com.br/acisG)>. Acesso em: 26 mai. 2019.

COMUNICAR. **Nascida na Maré e formada na PUC-Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada**. Disponível em:<<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inleid=4934&sid=47>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Soc. estado*. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. ISSN 0102-6992. Disponível em:<[encurtador.com.br/kNTV9](http://encurtador.com.br/kNTV9)>. Acesso em: 06 set. 2018

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, Joaze Bernardino; GROSGUÉL, Ramón; TORRES, Nelson Maldonado (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2018. p. 139-170.

COSTA, Cássia Fernanda de Oliveira. DANDARA DOS PALMARES E A MULHER NEGRA CONTEMPORÂNEA: DO DISCURSO FOLCLÓRICO AOS DISCURSOS DE REPRESENTATIVIDADE. In: VIII SEAD, 2017, Recife. **O político na Análise do Discurso [...]**. Recife: [s. n.], 2017. Disponível em:<[encurtador.com.br/cjpA3](http://encurtador.com.br/cjpA3)>. Acesso em: 30 maio 2019

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

ESTADÃO. **Quem foi Marielle Franco.** Disponível em:<<https://tudo-sobre.estadao.com.br/marielle-franco>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

G1. **Câmara do Rio aprova 5 projetos de lei da vereadora Marielle Franco em sessão extraordinária.** Disponível em:<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/camara-do-rio-aprova-5-projetos-de-lei-da-vereadora-marielle-franco-em-sessao-extraordinaria.ghtml>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

G1. **Negra da Maré e socióloga, Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio.** Disponível em:<<https://web.archive.org/web/20180315180233/https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/negra-da-mare-e-sociologa-marielle-foi-a-5-vereadora-mais-votada-do-rio.ghtml#>>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

GELEDÉS. **17 mulheres negras brasileiras que lutaram contra escravidão.** Disponível em:<[encurtador.com.br/dDIK2](http://encurtador.com.br/dDIK2)>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GELEDÉS. **Luíza Mahin.** Disponível em:<[encurtador.com.br/HRV89](http://encurtador.com.br/HRV89)>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GELEDÉS. **Preta Simoa e a Abolição no Ceará: uma história de esquecimento .** Disponível em:<[encurtador.com.br/evBQU](http://encurtador.com.br/evBQU)>. Acesso em: 28 mai. 2019.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA, 1982.

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu:** Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, UNICAMP, Volume, n. 5, p. 07-41, dez./2005. Disponível em:<[encurtador.com.br/gpqK0](http://encurtador.com.br/gpqK0)>. Acesso em: 5 jun. 2019.

HERÓIS. **ESPERANÇA GARCIA.** Disponível em:<[encurtador.com.br/PRSU7](http://encurtador.com.br/PRSU7)>. Acesso em: 30 mai. 2019.

HOOKS, Bell. **Ain't a Woman: black women and feminism.** 1 ed. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014. 134 p. Disponível em: <<https://goo.gl/ynMoxu>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** 1ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2013

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **SCIELO:** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, Volume, n. 16, p. 193-210, dez./2005. Disponível em:<[encurtador.com.br/cOQX1](http://encurtador.com.br/cOQX1)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

HISTÓRIAS Para Ninar Gente Grande. Intérprete: G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira. In: MIRANDA, Tomaz *et al.* **Samba-Enredo.** Rio de Janeiro: [s. n.], 2019.

INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS. **Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas.** Disponível em:<[encurtador.com.br/cnBLV](http://encurtador.com.br/cnBLV)>. Acesso em: 29 mai. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. Muitas fugiam ao me ver. In: MEIHY, Carlos S. Bom. In: **Antologia pessoal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

KILOMBA, Grata. **Plantation Memories: episodes of everyday racism**. Munster: Unrast Velarg, 2012. Disponível em:<<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LEMONS, ROSALIA DE OLIVEIRA. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraná, n. 209, p. 12-25, out. 2018. Disponível em:<<https://goo.gl/AudYUg>>. Acesso em: 06 out. 2018.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/LBAsoz>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

MUSEU AFRODIGITAL MARANHÃO. **Sobre a Casa das Minas**. Disponível em: <[encurtador.com.br/bozW1](http://encurtador.com.br/bozW1)>. Acesso em: 5 jun. 2019.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **A guerreira que viveu no Brasil e preferiu a morte à escravidão**. Disponível em: [encurtador.com.br/jGPTW](http://encurtador.com.br/jGPTW). Acesso em: 28 mai. 2019.

PALMARES . **Tereza de Benguela, a Rainha Tereza**. Disponível em:<[encurtador.com.br/csl07](http://encurtador.com.br/csl07)>. Acesso em: 26 mai. 2019.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Gayatri Spivak e o feminismo negro: notas para um debate. **Revista Simbiótica: Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, Espírito Santo**, v. 2, n. 1, p. 173-182, jun.2015. Disponível em:<[encurtador.com.br/fiAIX](http://encurtador.com.br/fiAIX)>. Acesso em: 06 out. 2018

PROJETO MEMORIA. **Lélia Gonzalez: o feminismo negro como palco da história**. Disponível em:<[encurtador.com.br/KEFV9](http://encurtador.com.br/KEFV9)>. Acesso em: 26 mai. 2019.

RATTS, Alex; **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: imprensaoficial, 2006. p. 11-136.

REVISTA CULT. **Líderes quilombolas, escritoras e revolucionárias têm trajetórias ilustradas em Heroínas brasileiras em 15 cordéis; autora quer levar debate sobre racismo para salas de aula**. Disponível em:<[encurtador.com.br/cpxT3](http://encurtador.com.br/cpxT3)>. Acesso em: 28 mai. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. p.122.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1 ed. São Paulo: Schwaecz S.A, 2018. p. 148.

SANTOS, G. C. D. A. Os estudos feministas e o Racismo epistêmico : subtítulo do artigo. **Gênero**: Dossiê Mulheres Negras Experiências, Vivências e Ativismos, Niterói, v. 16, n. 2, p. 07-32, set./2016. Disponível em:<encurtador.com.br/cdmos>. Acesso em: 2 mai. 2019.

SANTOS, L. B. D. Maria Felipa de Oliveira. **Resgate da Memória**. PUC-Campinas,n. 2, p. 30-33, dez./2005. Disponível em: <encurtador.com.br/hwBJ7>. Acesso em: 08 jun. 2019

SANTOS, Luana Diana. HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE LÉLIA GONZALEZ: primeiros passos. **Núcleo de Estudos de Gênero**: Caderno Espaço Feminino , Uberlândia-MG, v. 26, n. 2, p. 164-172, dez./2005. Disponível em: <encurtador.com.br/beAIJ>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SANTOS, Lara Gabriella Alves dos . **CAROLINA MARIA DE JESUS: ANÁLISE IDENTITÁRIA EM QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA**. 2015. Dissertação (Letras) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015. Disponível em:<encurtador.com.br/clqB9> Acesso em: 06 jun.2019.

SOUZA, Elio Ferreira de. A carta da escrava 'Esperança Garcia' de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira. **Literafro**, UFMG, p. 1-20, 9 fev. 2018. Disponível em:<encurtador.com.br/bgjw6>. Acesso em: 29 maio 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty; **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 1-133.

TATE, Shirley Anne. Descolonizando a raiva: teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido. In: COSTA, Joaze Bernardino; GROSGUÉL, Ramón; TORRES, Nelson Maldonado (Org.). **Decolonialidade a pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2018. p. 183-201.

THE INTERCEPT BRASIL. **O RACISMO DA ACADEMIA APAGOU A HISTÓRIA DE DANDARA E LUISA MAHIN**. Disponível em:<encurtador.com.br/KU167>. Acesso em: 27 mai. 2019.